



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N. ° 12/2017-SE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SONDAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES, LISTA DE QUANTITATIVOS E ORÇAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.

Processo 080.007.145/2016

TIPO: MENOR PREÇO



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

1 - PREÂMBULO

1.1 - DISTRITO FEDERAL, por meio da Secretaria de Estado de Educação, neste edital denominada SE, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Ordem de Serviço n.º 48, de 13 de abril de 2018, publicada no DODF n.º 72 de 16 de abril de 2018, página 25 torna público, para conhecimento dos interessados que às **14:00 horas do dia 10/07/2018**, será realizado o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e proposta de preços da **Concorrência n.º 12/2017** referente ao processo n.º 080.007.145/2016, será na sala n.º 309 no SGAN 607, Projeção "D", Brasília-DF. A Concorrência foi requisitada pela Coordenação de Infraestrutura e será realizada de acordo com o disposto na Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais legislações vigentes. O processo licitatório será tipo **TÉCNICA E PREÇO**, estando em conformidade com o Art. 46 da Lei n.º 8.666/93.

1.2 - Dotação Orçamentária: Os recursos financeiros correrão por conta do Programa de Trabalho: 12.122.6002.1968.2511, 12.361.6221.1968.2512, 12.362.6221.1968.2513, 12.365.6221.1968.2516, 12.367.6221.1968.2519; FONTE: 100; natureza da despesa: 33.90.39. Valor total: R\$ R\$ 8.284.319,78 (oito milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos).

1.3 - O objeto da presente licitação **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SONDAGEM E ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES, LISTA DE QUANTITATIVOS E ORÇAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL, CADASTRAMENTO NO FNDE/SIMEC N.º 054, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DETALHES CONSTRUTIVOS, PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO ELABORADOS PELA COORDENAÇÃO DE OBRAS E TODOS OS ANEXOS DESTES EDITAL**, coadunando-se com as especificações técnicas, detalhes construtivos elaborados pela Coordenação de Obras e todos os anexos que são partes integrantes deste edital.

1.4 - O Edital poderá ser visualizado no endereço eletrônico www.sedf.gov.br.

1.5 – Os arquivos contendo Projeto Básico, Planilha Estimativa e demais arquivos elaborados pela Coordenação de Engenharia e Arquitetura encontram-se à disposição dos interessados em meio magnético e poderão ser retirados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, no SGAN 607, Projeção "D", sala 309, fone: 3901-2364, das 09 às 12h e das 14 às 17h, onde serão prestados esclarecimentos acerca de dúvidas de caráter técnico ou legal e outras informações aos licitantes.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

2 - CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação, empresas do ramo de engenharia cadastradas ou não SICAF, desde que satisfaçam às condições deste Edital e seus anexos.

2.1.1 - As licitantes cadastradas no SICAF que apresentarem o demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor” ficarão isentas de apresentar somente documentos constantes no item 3.3 do edital, desde que os mesmos estejam em plena validade.

2.1.1.1 - Para os licitantes domiciliados fora do DF será obrigatória a apresentação da Prova de Regularidade para com a FAZENDA do DISTRITO FEDERAL.

2.1.1.2 – Os índices contábeis deverão ser apresentados na forma do item 3.4 e subitens independente de constarem no SICAF.

2.1.2 - A Licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento, a fim de comprovar a regularidade do mesmo, juntamente com os demais documentos.

2.2 - Somente poderão participar da licitação as empresas que satisfaçam as seguintes condições:

2.2.1. - empresas individuais ou coletivas que satisfaçam às condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos;

2.3 – Fica vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços oriundos desta concorrência.

2.4 - As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte terão tratamento diferenciado e preferencial desde que satisfaçam os termos da Lei Complementar N. 123/2006, Lei Distrital 4.611/11 e Decreto n.º 35.592/14:

2.4.1 - Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

2.4.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

2.4.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.4.4 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.4.5 - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.4.6 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

2.4.6.1 - Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar N.º123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 1º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.4.7 - As empresas participantes deverão apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido pela Lei Complementar N. 123/2006.

2.5 - A Comissão poderá consultar o sítio oficial da Receita Federal, na Internet, para ratificar o preenchimento de todos requisitos previstos no Art. 3º da Lei Complementar 123/2006, por meio de verificação do enquadramento da licitante no Simples Nacional.

2.6 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação, nos termos do art.9 da Lei 8666/93:

2.6.1 - O autor do Projeto Básico e Executivo, pessoa física ou jurídica;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

2.6.2 – Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente acionista ou detentor de mais de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

2.6.3 – servidor, empregado ou dirigente da entidade contratante ou responsável pela licitação e de membros da Comissão Permanente de Licitação do órgão.

2.6.4 - Para efeito do subitem 2.6, considera-se participação indireta, para fins do disposto no artigo 9º§§ 3º e 4º da Lei 8.666/93, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, os membros da Comissão de Licitação, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

2.6.5 - É vedada a participação de empresas ou empresários que estejam suspensos de participar em licitações e impedidas de contratar com a Administração Direta ou Indireta da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal e as declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Direta ou Indireta da União, Estado, Municípios e do Distrito Federal, enquanto perdurem seus efeitos (art. 6º, XI e XII c/c 87. III e IV, da Lei nº 8.666/93).

2.6.6 – Não poderão participar da presente licitação, empresas cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, pertençam, ainda que parcialmente, a outra empresa licitante ou a empresa do mesmo grupo que esteja participando desta licitação. Caso constatada tal situação, ainda que *a posteriori*, as empresas licitantes serão desclassificadas, em face das sanções previstas no art. 90, da Lei 8.666/93.

2.7 - Conforme estabelece o Decreto Distrital nº 32.751/2011, que trata da vedação do NEPOTISMO na esfera do Poder Executivo do Distrito Federal não poderão participar de editais de licitações e de chamamento públicos, pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de: (Artigo alterado pelo(a) Decreto 37843 de 13/12/2016)

I – agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou (Inciso alterado pelo(a) Decreto 37843 de 13/12/2016);

II - agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação. (Inciso alterado pelo(a) Decreto 37843 de 13/12/2016).

2.8 – São proibidas as nomeações, contratações ou designações para cargo em comissão ou função de confiança e atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público de:

I – familiar de autoridade administrativa, no âmbito de toda a Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

II – familiar de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito do mesmo órgão ou entidade;

2.8.1 – Aplicam-se também as vedações Decreto 32.751/2011 quando existirem circunstâncias caracterizadoras de ajuste para burlar as restrições ao nepotismo, especialmente mediante nomeações ou designações recíprocas, envolvendo órgão ou entidade da Administração Pública do Distrito Federal.

2.8.2 – É vedada ainda a contratação direta, sem licitação, por órgão ou entidade da Administração Pública do Distrito Federal, de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar de qualquer autoridade administrativa e, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, de familiar de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança.

2.8.3 – As vedações do item 2.8 estendem-se às relações homoafetivas.

2.9 – Considerando o art. 97 da Lei n.º 8666/93, será realizada prévia pesquisa junto aos Portais na Internet de Governos (STC/GDF e CEIS/CGU) e no CNJ (condenações civis por atos de Improbidade Administrativa) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública.

3 - DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.1.1 – Acervo Técnico

~~3.1.1.1 – Do(s) Responsável(eis) Técnico(s): Atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, devidamente vistado(s) no CREA/DF, que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executando para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços de elaboração de projetos compatíveis com o objeto da presente licitação, a saber:~~

- ~~a) Cálculo estrutural (profissional com formação em engenharia civil);~~
- ~~b) Instalações prediais elétricas e eletrônicas e de proteção contra incêndio (profissional com formação em engenharia elétrica ou engenharia civil);~~
- ~~c) Instalações Hidrossanitárias (profissional com formação em engenharia civil).~~

3.1.1.2 – Da Empresa

~~3.1.1.2.1 – Atestado(s) de capacidade técnica operacional devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados,~~



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

~~acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico — CAT, expedida(s) por estes Conselhos, devidamente vistado(s) no CREA/DF, que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços de elaboração de projetos de fundação, cálculo estrutural, instalações prediais (elétrica, hidrossanitária, sistema de prevenção e de combate de incêndio, telefônica, rede estruturada) com área mínima de 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados). Os quantitativos mínimos exigidos no(s) atestado(s) de capacidade técnica operacional em cada situação deverão constar de apenas 1 (um) único atestado, não sendo admitidos somatórios de áreas para efeito de comprovação de qualificação técnica. É possível, porém, que a concorrente apresente atestados diversos para itens distintos. Por exemplo, um atestado comprovando a execução do quantitativo mínimo de instalação elétrica, e um outro de instalação telefônica.~~

~~3.1.1.2.2. — A licitante poderá apresentar tantos atestados quantos julgar necessários para comprovar o quantitativo mínimo exigido para a qualificação técnico-operacional, desde que a prestação dos serviços tenha ocorrido de forma concomitante.~~

~~3.1.1.2.3 — Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.~~

~~3.1.1.2.3.1 — os quantitativos mínimos acima descritos foram baseados na Planilha Estimativa elaborada para a obra alusiva ao presente certame.~~

~~3.1.1.2.3.2 — Prova de inscrição da licitante e dos seus responsáveis técnicos junto ao CREA competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto, em plena validade.~~

~~3.1.1.2.3.3 — As exigências de qualificação técnica seguem as orientações do Tribunal de Contas do Distrito Federal, estabelecida na Decisão nº 254/2010, fls. 700, e Decisão 351/2010, fls. 703/704, exarada por aquela Corte de Contas quando da análise de procedimentos licitatórios da SEDF, bem como à comprovação da experiência da empresa com a indicação de quantitativos, estes são estabelecidos com o mínimo necessário para aferir a capacidade da empresa em executar os serviços dentro da boa técnica construtiva.~~

~~3.1.1.2.3.4 — No caso da vencedora do certame possuir Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA de outra~~



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

~~Região, este deverá estar devidamente visitado pelo CREA do Distrito Federal no ato da assinatura do contrato.~~

3.1.2 - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA e INDICAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA (ANEXO II)

~~3.1.2.1 — Na forma da lei 8.666/93 o(s) profissional(is) que contribuiu(ram) para a classificação da Empresa e que conste(em) na capacitação técnica da empresa, deverá(ao) OBRIGATORIAMENTE fazer parte da equipe técnica indicada.~~

~~3.1.2.2 — O(s) Responsável(eis) Técnico(s) indicado(s) deverá(ao) fazer parte do quadro da empresa (funcionários, contratados nos termos da legislação civil ou sócios), comprovada essa condição por meio de cópia autenticada da CTPS — Carteira de Trabalho e Previdência Social para o empregado, contrato de prestação de serviços e do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA para o sócio ou proprietário.~~

~~3.1.2.3 — É vedada a indicação de um mesmo engenheiro como responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as envolvidas.~~

~~3.1.3 - DECLARAÇÃO de que a licitante possui pleno conhecimento das condições do local da obra, assumindo todas as responsabilidades, assinado por profissional que conste da Declaração de Responsabilidade Técnica;~~

Obs.: qualificação técnica deverá seguir os critérios estabelecidos no item 05 do edital.

3.2 - CAPACIDADE JURÍDICA

3.2.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual;

3.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de ato de eleição de seus administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa;

3.2.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; (Certidão de funcionamento da firma expedida pela Junta Comercial constando o nome dos diretores de conformidade com o contrato social ou a última alteração contratual).

3.2.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

3.3 - REGULARIDADE FISCAL

3.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), em plena validade;

3.3.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Distrito Federal ou, Estadual e Municipal, conforme a localização da sede ou domicílio do licitante e compatível com o seu ramo de atividade e o objeto da presente licitação;

3.3.3 - Prova de Regularidade para com a FAZENDA FEDERAL, do DISTRITO FEDERAL ou, ESTADUAL e MUNICIPAL, mediante apresentação de certidões negativas, ou positivas com efeitos de negativa, do domicílio ou sede do licitante.

3.3.3.1 - A prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL será feita mediante apresentação, em plena validade, de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Tributos Federais, emitidas pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (Certidão de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal) e pela PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União) DO MINISTÉRIO DA FAZENDA.

3.3.3.2 - Para os licitantes domiciliados no Distrito Federal, a prova de regularidade para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL será feita mediante apresentação, em plena validade, de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa expedida pela SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DF.

3.3.3.3 - Para os licitantes domiciliados fora do Distrito Federal, será exigida a prova de regularidade para com as FAZENDAS ESTADUAL e MUNICIPAL além da regularidade para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL mediante a apresentação, em plena validade, das respectivas Certidões Negativas ou Certidões Positivas com efeitos de Negativa.

3.3.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através de CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal (CEF), em plena validade, conforme dispõe do Art. 7º da Lei n.º 8.036, de 11/05/1990;

3.3.5 - Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social, através de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, em plena validade, emitida pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

3.3.6. Prova de Regularidade Trabalhista, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, obtidas por intermédio do sítio www.tst.jus.br/certidao, que comprove a inexistência de débito inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante (Lei nº 12.440, de 07 de junho de 2011).



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

3.3.7 - No caso de microempresa ou Empresa de pequeno porte apresentar declaração de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.3.8. - As certidões extraídas pela INTERNET terão sua aceitação condicionada à verificação de sua autenticidade junto à previdência social (Dec. 3.265, de 29.11.99).

3.3.9 – Toda documentação de habilitação deverá ser apresentada em original ou cópia devidamente autenticada.

3.3.9. – Não serão autenticados documentos pela Comissão Permanente de Licitação na data prevista para a abertura do procedimento licitatório.

3.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

3.4.1 - BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente registrados na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. As empresas criadas no presente exercício deverão apresentar balancete especial de abertura.

3.4.1.1 - A boa situação financeira de que trata o item 3.4.1 será avaliada através da análise contábil, considerando-se os seguintes indicadores:

ILG - Índice de liquidez Geral \geq (1,00)

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

ILC - Índice de Liquidez Corrente \geq (1,00)

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Solvência Geral \geq (1,00)

$$\text{SG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

3.4.1.2 - As Empresas que atenderem às condições do item 3.4.1.1, serão consideradas com boa situação financeira, as empresas que não atenderem às referidas condições, deverão comprovar Patrimônio líquido de 10% (dez por cento), do valor estimado constante do item 6.4 do Edital.

3.4.1.3 - A licitante deverá apresentar os cálculos constantes do item 3.4.1.1 em papel timbrado, assinado pelo seu representante legal e por um contador.

3.4.2 - CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL / EXTRAJUDICIAL, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em plena validade.

3.4.3 - Comprovante de recolhimento da garantia de participação na presente licitação, junto à Tesouraria da Secretaria de Estado de Fazenda, correspondente a 1% do valor estimado da Planilha Orçamentária.

3.4.3.1 - O licitante poderá optar por uma das modalidades: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo ocorrer a emissão sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; seguro-garantia; ou fiança bancária

3.4.4 - Comprovante de recolhimento da garantia de participação na presente licitação no valor de **R\$ 82.841,00 (oitenta e dois mil, oitocentos e quarenta e um reais)**, correspondendo a aproximadamente 1% do valor orçado para a execução dos serviços de sondagem e elaboração de projetos complementares, lista de quantitativos e orçamentos para construção, ampliação e/ou reforma de escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal.

3.4.3.1 – O recolhimento da caução de participação deverá ser efetuado na tesouraria da Secretaria da Fazenda, anexo do Buriti, sala 1117. 11º andar no horário de funcionamento bancário e o comprovante deverá ser apresentado juntamente com a documentação de habilitação (envelope nº 01), no dia da realização do certame.

3.4.3.1.1 – A não inclusão do comprovante de recolhimento da garantia de participação, na forma do disposto no subitem 3.4.3.1, acarretará na inabilitação da licitante.

3.4.3.2 – Os licitantes antes de recolher a caução, comparecer na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, localizada na SGAN 607 Projeção D – sala 309 – Ed. Sede II da SEDF, para retirada do Ofício de encaminhamento para recolhimento da garantia.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

3.4.3.3 Caberá a licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária.

3.4.3.4 – A garantia da participação será devolvida depois de realizada a licitação, devendo a interessada encaminhar solicitação de devolução, acompanhada da 2ª via da Guia de Recolhimento, junto à tesouraria da Secretaria de Estado de Fazenda do DF.

3.4.3.5 – Os comprovantes de garantia de participação na presente licitação deverão ter prazo mínimo de 90 (noventa) dias.

3.5 - OUTROS DOCUMENTOS

3.5.1 - Declaração sob as penas da lei, de inexistência de fatos supervenientes impeditivos à habilitação na licitação nos termos do art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93. (ANEXO VII).

3.5.2 - Declaração de que trata da proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) ou de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, ressaltando que a não apresentação dessa declaração ensejará na inabilitação do licitante. ANEXO VIII.

3.5.3 - Fornecer as informações acerca da pessoa física que deverá firmar o contrato, conforme ANEXO X, sob pena de retardamento na contratação.

3.5.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentar declaração de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 (ANEXO XII).

3.6 - Para se manifestar em qualquer fase do procedimento licitatório, inclusive interposição ou desistência de recursos, o participante deverá credenciar um representante, se assim desejar habilitado nas seguintes formas:

3.6.1 - Apresentação de procuração, com firma reconhecida ou carta dirigida à CPL, sendo esta acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual conste expressamente ter poderes para devida outorga, com



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

apresentação da carteira de identidade do outorgado, em separado do envelope de documentação;

3.6.2 - No caso do titular, diretor ou sócio da empresa, apresentar documento que comprove sua capacidade de representar a mesma.

3.7 - A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará o licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma.

3.8 - A falta de qualquer dos documentos mencionados no presente Edital e Anexos, acarretará a inabilitação do licitante, ressalvado o documento previsto no subitem 3.6.

3.9 - Os documentos apresentados em papel de "fac-símile" (FAX), não serão considerados pela Comissão, ressalvadas as declarações da desistência à interposição de recursos.

3.10 - Os documentos ou publicações em órgão da imprensa oficial que contenham informação exigida no edital poderão ser apresentados no original ou em cópias autenticadas, por autoridade competente ou por membro desta Comissão Permanente de Licitação. Não haverá autenticação, pelos membros da Comissão, dos documentos relativos a esta licitação no dia da reunião para recebimento dos respectivos envelopes, devendo essa autenticação ser proferida em dia anterior à licitação.

3.11 - Quando não houver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor, o documento terá validade de 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.

4 - DA HABILITAÇÃO

4.1. - Os licitantes, na hora, dia e local fixados neste Edital, deverão entregar sua documentação e proposta em envelopes distintos numerados, Nº. 01- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e Nº. 02- PROPOSTA TÉCNICA e Nº PROPOSTA COMERCIAL, fechados, contendo, obrigatoriamente, na parte externa e frontal, além da razão social do proponente, os seguintes dizeres: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº.--, SE - CPL, DATA--/--/----, HORA--:--.

4.2. - É vedada, após o recebimento dos envelopes, a inclusão de informações ou documentos que deveriam constar originariamente nos mesmos.

4.3. - Após o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, declarar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

4.4. - Abertos os envelopes contendo a documentação, esta será conferida e rubricada pelos membros da Comissão e pelos licitantes ou por delegados designados para tal fim.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

4.5. - Das reuniões para recebimento e abertura dos documentos de habilitação e abertura das propostas serão lavradas atas circunstanciadas e distintas, na qual serão consignadas todos os licitantes, os documentos e as propostas apresentadas, as reclamações e impugnações feitas, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação. As atas serão assinadas pela Comissão e por todos os licitantes presentes.

4.6. - Caso a Comissão Permanente de Licitação julgue necessário, poderá suspender a reunião a fim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, marcando, posteriormente, nova data e horário em que será apresentado o resultado da habilitação, procedendo a publicação, na imprensa oficial.

4.7. - Ocorrendo interrupções, os envelopes contendo as propostas de preços serão lacrados e rubricados pelos membros e licitantes presentes, ficando sob a guarda da CPL.

4.8 - Concluída a fase de habilitação serão restituídos aos licitantes inabilitados, mediante recibo, os respectivos envelopes de proposta de preços.

4.9 - Desde que não exista qualquer impugnação ou recurso pendente de julgamento, bem como, se todos os licitantes participantes manifestarem desistência expressa de interpor recurso, intenção esta que deverá constar da ata a ser lavrada e assinada por todos os credenciados pelos licitantes, passar-se-á imediatamente à fase de julgamento da proposta de preços.

4.10 - Na hipótese de recurso, os envelopes contendo as propostas permanecerão em poder da Comissão Permanente de Licitação, fechados e devidamente rubricados pelos presentes, até a data marcada para abertura dos mesmos.

4.11 - Transcorrido o prazo recursal sem a respectiva interposição, ou ainda, após o julgamento de eventuais recursos interpostos, a Comissão fará comunicação aos licitantes, indicando a hora, data e local designados para a realização da sessão onde se procederá a abertura dos envelopes n.º 02 - PROPOSTA DE PREÇOS.

4.12 - A ata da reunião será franqueada aos licitantes para os registros que julgarem necessários e assinatura.

4.13 - A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

4.14 - Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de até 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que determinaram a inabilitação ou a desclassificação.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

4.15 - É vedada a retirada das propostas de preços após a fase de habilitação, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão nos termos do art. 40, VI c/c art. 43 § 6º da Lei 8.666/93.

5 - DA PROPOSTA TÉCNICA

5.1 PROPOSTA TÉCNICA:

5.1.1 - A Proposta Técnica deverá ser apresentada atendendo as seguintes exigências:

- a) redigida em língua portuguesa;
- b) Impressa em papel timbrado da licitante, com todas as páginas do corpo principal e de seus anexos devidamente numeradas e rubricadas com assinatura na última folha;
- c) Sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas;
- d) Conter o nome do proponente, endereço, suas características e identificação individual ou social;
- e) Datada com o dia fixado para a entrega dos envelopes à Comissão de Licitação;

5.1.2 - Deverá conter os seguintes documentos:

- a) **Certidão de registro de pessoa jurídica em nome da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, juntamente com a classificação onde conste área de atuação compatível com o objeto deste Termo de Referência, emitidos pelos respectivos Conselhos da jurisdição da sede licitante, ambos os documentos válidos na data da habilitação. Exigível para todas as empresas, individualmente e/ou consórcio.**
- b) **Declaração de Aceitabilidade de Responsabilidade Técnica e Indicação de Equipe Técnica**, conforme modelos anexos ao presente Projeto Básico, devidamente assinada e com firma reconhecida em cartório por todos os responsáveis técnicos por cada área de atuação, inclusive o coordenador geral, declarando de que têm ciência do integral conteúdo deste Projeto Básico, que aceita participar da Equipe Técnica que elaborara o objeto desta licitação e que será o responsável técnico pelo (s) projeto(s) e/ou serviços técnicos de sua(s) especialidade(s), para empresa individual ou para empresa Líder do Consórcio.
 - i. Para efeito de julgamento e atribuição de pontuação técnica às equipes, conforme critérios constantes do item 3 – JULGAMENTO, serão considerados os acervos técnicos apenas



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

das pessoas indicadas na equipe técnica, um profissional para cada área de projeto.

- ii. Um mesmo profissional não poderá participar da equipe técnica de mais de uma licitante;
 - iii. A Equipe Técnica deverá ter um Coordenador Geral, que será o elemento de ligação entre a licitante vencedora e a COINF/SEDF, durante a execução do contrato, e será o responsável pela integração de todos os projetos e serviços de engenharia;
 - iv. O Coordenador Geral deverá comprovar, por meio de Certidão de Acervo Técnico – CAT, experiência em coordenação de projetos.
 - v. Os integrantes da Equipe Técnica deverão, obrigatoriamente, ser os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a Responsabilidade Técnica pela elaboração de projetos de sua área de atuação;
 - vi. Os integrantes da Equipe Técnica deverão apresentar atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) das(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico, comprovando a execução de serviços conforme QUADRO , da Avaliação Técnica, item 3 – JULGAMENTO;
 - vii. Na execução do contrato, somente será admitida a substituição de qualquer dos profissionais indicados como integrantes da Equipe Técnica, e cuja capacitação e experiência tenha contribuição para a classificação da licitante, por outro com capacitação e experiência devidamente comprovadas, equivalente ou superior à do profissional substituído.
 - viii. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico, acompanhada da baixa da ART do profissional que está sendo substituído. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela COINF/SEDF.
- c) **Certidão de registro de pessoa física emitida pelo CREA e/ou CAU**, em nome de cada integrante da Equipe Técnica, com validade na data da abertura da licitação , onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pela licitante.
- b. **Comprovação de que o Coordenador Geral** e os profissionais que compõem a equipe técnica de orçamento, de geologia e de cada engenharia (civil - de fundações, de cálculo estrutural e de hidro-



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

sanitárias, mecânica, elétrica, eletrônica) de que tratam os subitens “iii” e “v” possuem vínculo de trabalho permanente com a empresa licitante e onde conste ser responsável técnico da empresa, sendo a comprovação feita através da apresentação dos seguintes documentos:

- i. Carteira de Trabalho assinada com a empresa; ou
- ii. Contrato Social para identificação dos sócios engenheiros/arquitetos; ou
- iii. Certidão do CREA e/ou CAU da licitante com indicação do referido profissional como RT da empresa.

c. **Descrição da Metodologia de Trabalho:** A licitante deverá entregar documento demonstrando sua capacidade produtiva e suas estratégias para atendimento aos prazos solicitados. Será pontuado conforme descrito no item “3. JULGAMENTO” e compreenderá, no mínimo, a descrição dos seguintes elementos, para fins de julgamento da qualidade técnica da proposta:

- i. **Métodos:** deverá conter a descrição detalhada da forma de trabalho a ser empregada, sendo indispensáveis as seguintes informações:
 1. Planejamento das ações e dos procedimentos necessários à elaboração e coordenação dos projetos, tais como: visita ao terreno, reuniões de integração com os diversos projetistas, reuniões com o executor do contrato, providências para aprovação dos projetos e consultas prévias nos órgãos competentes;
- ii. **Organização:**
 1. Apresentação, sob a forma de organograma, da estrutura organizacional da equipe que executará os serviços, indicando nome e formação profissional dos integrantes da Equipe Técnica, definindo a(s) área(s) de atuação de cada profissional e os quantitativos dos demais profissionais envolvidos na execução dos serviços, definindo seus cargos, atribuições e responsabilidades.
- iii. **Recursos técnicos e materiais:** deverá incluir no mínimo:
 1. Descrição dos recursos disponíveis para a execução dos serviços, incluindo os softwares que serão utilizados na elaboração dos diversos projetos, e sistemas e bases de dados para elaboração de orçamentos, bem como os equipamentos de informática e os recursos de comunicação;
 2. A licitante deverá indicar a utilização mínima dos softwares VOLARE da Editora PINI Ltda e SINAPI da



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

CAIXA para elaboração das estimativas de preços de licitação;

OBSERVAÇÃO: a Metodologia de Trabalho deverá conter, no máximo, 12 (doze) folhas escritas.

- d. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto aos atestados, Descrição da Metodologia de Trabalho ou qualquer condição que importe em modificação dos termos originais propostos pela licitante;

5.1.3 - A proposta técnica será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.2- PROPOSTA COMERCIAL:

5.2.1 - A Proposta de Preço deverá ser apresentada atendendo as seguintes exigências:

- a) Redigida em língua portuguesa;
- b) Impressa em papel timbrado da licitante, com todas as páginas do corpo principal e de seus anexos devidamente numeradas e rubricadas com assinatura na última folha;
- c) Sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas;
- d) Conter o nome do proponente, endereço, suas características e identificação individual ou social;
- e) Datada com o dia fixado para a entrega dos envelopes à Comissão de Licitação;
- f) Conter declaração expressa de que no preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, demais despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do objeto da licitação;

5.2.2 - Na proposta de preço será consignado:

- a) O coeficiente multiplicador “K” proposto pela licitante, o qual será aplicado uniformemente sobre os preços unitários apresentados na planilha estimativa da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, parte integrante do presente Projeto Básica;
- b) O coeficiente multiplicador “K” deverá ser apresentado com 02 (duas) casas decimais, sendo no máximo igual a 1,00 (um vírgula zero zero);
- c) O Coeficiente multiplicador “K” proposto pela licitante não poderá, **sob pena de desclassificação**, ser superior a 1,00 (um vírgula zero zero)
- d) Conter o preço global expresso em algarismo e por extenso, em moeda nacional (real) sendo que a terceira casa decimal, eventualmente



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

- constante da proposta, será desconsiderada na ocasião do julgamento;
- e) Prazo para execução total do contrato não superior a 360 (trezentos e sessenta) dias corridos
 - f) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data fixada para a entrega dos envelopes à Comissão de Licitação;
 - g) O valor do ISS compreendido no preço, conforme estabelece o Art. 10 do Decreto nº 14.122, de 19 de agosto de 1992 que regulamenta a Lei nº 294 de 21/07/1992, do Governo Federal;
 - h) No coeficiente multiplicador “K” indicado na proposta deverão estar inclusos todos os custos necessários para a prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico, assim como todas as despesas com impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transportes, despesas com ART e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, além de todos os custos indiretos (BDI), incluindo despesas indiretas administrativas, administração central, lucros e imprevistos;
 - i) Deverá ser indicado o valor do BDI considerado na proposta, e apresentado o detalhamento de sua composição, constando, necessariamente, valores dos impostos, lucros, eventuais e administração central;
 - j) A não apresentação da composição do BDI ou a apresentação com omissões de itens acarretará a desclassificação da proposta.
 - k) Deverá constar na proposta comercial o nome completo da empresa, seu endereço, o nome do Banco, Agência, Conta Corrente, número do CNPJ e a assinatura do responsável (em consonância com os dados informado na habilitação).

5.2.3 - Planilha Orçamentária Detalhada,

- a) A licitante deverá apresentar Planilha Orçamentária por ela elaborada, detalhada, contendo todos os itens referentes aos serviços que compõem o valor total proposto, seguindo, fielmente a planilha estimativa da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, objeto deste Projeto Básico, devendo apresentar preços unitários para todos os itens constantes da referida planilha, de acordo com o Coeficiente Multiplicador “K” proposto na sua **Proposta de Preço**.
- b) Não poderão ser alterados pela licitante, **sob pena de desclassificação**, os quantitativos, apresentados na planilha estimativa da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

5.2.4 - Observações:

- a) A Secretaria de Educação pagará pela execução dos serviços, os preços unitários constantes da Planilha Orçamentária apresentada pela SEDF, base referência da licitação, multiplicados pelo coeficiente multiplicador “K” proposto pela licitante vencedora do certame e pelos quantitativos de serviços efetivamente executados.
- b) O preço global máximo admitido será de **R\$ R\$ 8.284.319,78** (oito milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e dezenove reais e setenta e oito centavos).

6 - DO JULGAMENTO

6.1 - Somente os licitantes habilitados passarão à fase de julgamento das propostas, que compreenderá a análise dos elementos contidos no envelope nº. 02 "PROPOSTA DE TÉCNICA " e envelope nº 03 "PROPOSTA COMERCIAL".

6.2 - Não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistências de propostas depois de apresentadas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

6.3 - AVALIAÇÃO TÉCNICA:

6.3.1 - As propostas técnicas apresentadas em desacordo com o estabelecido no presente Projeto Básico serão desclassificadas, não se admitindo complementação posterior.

6.3.2 - CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA: (45 PONTOS)

6.3.2.1 - Deverão ser apresentados atestados de capacidade técnica-operacional devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, devidamente vistados no CREA/DF, que comprovem que a licitante tenham executados os itens previstos no quadro a seguir:

QUADRO 01

ITEM	TIPO DE SERVIÇO	PONTOS POR ATESTADO (máximo 4 atestados)	TOTAL DE PONTOS (máximo)
01	INSTALAÇÕES hidro-sanitárias, drenagem de águas pluviais em edificação, com área de construção	1,625	6,5



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

	mínima de 2.500 m ² para cada atestado.		
02	INSTALAÇÕES Elétrica (Elétrica, de emergência, grupos geradores, <i>nobreaks</i> , subestação de energia) e Eletrônicas (detecção e alarme, sonorização, antenas coletivas, TV a cabo, circuito fechado de televisão e cabeamento estruturado) em edificação, com área de construção mínima de 2.500 m ² para cada atestado.	1,625	6,5
03	INSTALAÇÕES Eletromecânicas (sistema de ar condicionado e/ou climatização e/ou ventilação mecânica, sistemas de prevenção e combate a Incêndio: Sprinklers, Hidrantes, Extintores, Sinalização, Central de GLP em tanques) em edificação, com área de construção mínima de 2.500 m ² para cada atestado.	1,625	6,5
04	FUNDAÇÕES E ESTRUTURA de concreto armado e metálica em edificação, com área de construção mínima de 2.500 m ² para cada atestado.	1,625	6,5
05	ORÇAMENTO DETALHADO de obras em edificação, com área de construção mínima de 2.500 m ² para cada atestado.	1,625	6,5
06	Execução de ESTUDOS GEOTÉCNICOS com sondagem de terreno para projetos de edificações, com área mínima de 2.500 m ² .	1,5	6,0
07	Elaboração de PROJETOS DE INSTALAÇÕES PREDIAIS com sistema de reuso de águas das chuvas e reuso de águas servidas em edificação, com área de construção mínima de 2.500 m ² .	1,625	6,5
NOTA DA CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA (NCT1)			45

6.3.2.2 - Observações:

- a) Para atendimento de um único item os atestados não poderão ser complementares;
- b) Um mesmo atestado poderá pontuar em mais de um item;
- c) Para facilitar a análise das propostas, a licitante deverá apresentar um quadro com a relação dos atestados que comprovem a experiência da empresa.

6.3.3 - CAPACIDADE TÉCNICA DA EQUIPE: (50 PONTOS)

- 6.3.3.1 - Deverão ser apresentados atestados de capacidade técnica, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) das(s) respectiva(s) Certidões de Acervo Técnico - CAT, expedidas por estes Conselhos, devidamente vistas no CREA/DF, em nome dos profissionais



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

relacionados na Indicação da Equipe Técnica e Declaração de Aceitabilidade de Responsabilidade Técnica, que comprovem que tais profissionais tenham executados os itens previstos no quadro a seguir:

QUADRO 02

PROFISSIONAIS A PONTUAR	PONTUAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL				TOTAL DE PONTOS (máximo)
	RT da Empresa	Com Vínculo Permanente com a Empresa	Tempo de Experiência	Comprovação de Experiência com	
Coordenador Geral: Engenheiro ou Arquiteto			0,5 pontos para cada 5 anos de experiência, limitado a 3,0 pontos	Um único atestado, constando: Coordenação de projetos complementares em geral, cito: estrutura, fundação, hidro-sanitário, elétrico, mecânico e de combate a incêndio: 8,0 pontos	11
Profissional de Fundações: Engenheiro Civil	0,5 ponto	0,5 ponto	0,25 pontos para cada 5 anos de experiência, limitado a 1,5 pontos	Um atestado, constando autoria de projeto de fundações: 4,0 pontos	6,5
Profissional de Projetos de Fundações/Estrutura: Engenheiro Civil	0,5 ponto	0,5 ponto	0,25 ponto	Um atestado constando autoria de projeto de cálculo estrutural em edificações: 4,0 pontos	6,5
Profissional de Projeto de Instalações Hidro-sanitárias: Engenheiro Civil ou Sanitarista	0,5 ponto	0,5 ponto	0,25 ponto para cada 5 anos de experiência, limitado a 1,5 pontos	Um atestado para cada categoria de edificação, constando autoria de projeto hidro-sanitário para uso escolar: 4,0 pontos Para outros usos institucionais: 2,0 pontos Para usos em geral: 1,0 ponto Caso o projeto conste reuso de água será concedido mais 0,5 ponto	6,5
Profissional de Projeto de Instalações Elétricas, Eletrônicas e Lógicas: Engenheiro Eletricista	0,5 ponto	0,5 ponto	0,25 ponto para cada 5 anos de experiência, limitado a 1,5 pontos	Um atestado para cada categoria de edificação, constando autoria de projeto elétrico, eletrônico e lógico para uso escolar: 4,0 pontos Para outros usos institucionais: 2,0 pontos Para outros usos em geral: 1,0 ponto	6,5
Profissional de Projeto de Instalações Mecânicas e de	0,5 ponto	0,5 ponto	0,25 ponto para cada 5 anos de experiência, limitado a 1,5	Um atestado para cada categoria de edificação, constando autoria de projeto de	6,5



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

GLP: Engenheiro Mecânico			pontos	GCP para uso escolar: 4,0 pontos Para usos institucionais: 2,0 pontos Para outros usos em geral: 1,0 ponto	
Profissional de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio: Engenheiro	0,5 ponto	0,5 ponto	0,25 ponto para cada 5 anos de experiência, limitado a 1,5 pontos	Um atestado para cada categoria de edificação, constando autoria de projeto de SPDA, saída de emergência, hidrantes, sinalização de emergência, extintores e afins para uso escolar: 4,0 pontos Para outros usos institucionais: 2,0 pontos Para outros usos em geral: 1,0 ponto	6,5
NOTA DA CAPACIDADE TÉCNICA DA EQUIPE (NCT2)					50

6.3.3.2 - Observações:

- a) No caso de consórcio o Coordenador Geral deverá pertencer à empresa líder;
- b) O Coordenador Geral deverá ser obrigatoriamente Responsável Técnico da empresa licitante;
- c) Um mesmo atestado poderá pontuar tanto para a capacidade técnica da empresa quanto para a capacidade técnica da equipe;
- d) Deverá ser apresentada a certidão de registro no CREA e/ou CAU da empresa para comprovação de RT;
- e) O Coordenador geral somente poderá acumular função de profissional uma única vez;
- f) Os atestados deverão ter serviços descritos conforme a experiência de cada profissional da equipe técnica mínima, devendo os mesmos constar como RT dos trabalhos executados e deverão ser acompanhados das respectivas CAT's;
- g) O tempo de experiência profissional será avaliado através da apresentação de cópia do diploma de graduação ou cópia da Carteira Profissional do CREA e/ou CAU, devidamente autenticada em cartório;
- h) Para facilitar a análise das propostas, a licitante deverá apresentar quadro com a relação dos profissionais da equipe técnica mínima, o atestado que comprova a experiência, a sua relação com a empresa (RT, com ou sem vínculo) e o tempo de experiência;
- i) A equipe técnica mínima deverá obrigatoriamente ser composta por 01 Coordenador Geral, 01 Engenheiro Civil, 01 Engenheiro Eletricista e 01 Engenheiro Mecânico.

6.4 - METODOLOGIA DE TRABALHO: (5 PONTOS)



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

6.4.1 - Será atribuída uma Nota de Metodologia de Trabalho (NMT) a cada uma das licitantes da forma a seguir:

- a) Nota NMT = 5 (cinco) para a licitante que apresentar a Metodologia de Trabalho, na forma descrita no item 1, subitem “e” da PROPOSTA TÉCNICA do presente Projeto Básico.
- b) Nota NMT = 0 (zero) para a licitante que deixar de apresentar a Metodologia de Trabalho, na forma descrita no item 1, subitem “e” da PROPOSTA TÉCNICA do presente Projeto Básico.

6.5 - NOTA TÉCNICA FINAL (NT)

6.5.1 - A Nota Técnica Final (NT) será obtida a partir da soma das notas, conforme descrito abaixo:

$$\mathbf{NT = NCT1 + NCT2 + NMT}$$

Onde:

NCT1 = Nota de Capacidade Técnica da Empresa

NCT2 = Nota de Capacidade Técnica da Equipe

NMT = Nota de Metodologia de Trabalho

6.6 - CLASSIFICAÇÃO DE PREÇOS E JULGAMENTO FINAL:

6.6.1 - Decidida a classificação técnica com a publicação do seu resultado no DODF, será marcada a data, horário e local pela Comissão Permanente de Licitação, para abertura dos envelopes “Proposta Comercial” das licitantes cujas propostas técnicas tenham sido classificadas na fase anterior.

6.6.2 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Contenham vícios ou ilegalidades;
- b) Apresentar preço global superior ao constante da Planilha Orçamentária apresentada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, referência do presente certame, ou com preços manifestamente inexequíveis.
- c) Considera-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
- d) Caso haja indícios de inexequibilidade da proposta de preços ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, com fulcro no § 3º art. 43 da Lei nº 8.666/1993, a fim de comprovar a sua exequibilidade.
- e) Qualquer interessado poderá requerer diligências a fim de aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

f) Caso julgue necessário a Comissão Permanente de Licitação poderá suspender a reunião para análise da documentação quanto à classificação das propostas de preço.

g) Suspensa a sessão, todos os documentos das propostas de preço ficarão em poder da Comissão, após serem após serem rubricados por todos os seus membros e pelos representantes presentes das licitantes.

h) Será atribuída uma Nota de Preço (NP) para cada licitante calculada da forma a seguir:

i. $NP = (X1 / X2) \times 100$

ii. Onde:

iii. NP = Nota de Preço

iv. X1 = Média dos "K" dos licitantes

v. X2 = "K" do licitante

vi. Observação: A relação X1 / X2 será limitada ao valor máximo de 1 (um).

i) Somente as licitantes previamente habilitadas e que tiveram as suas propostas técnicas e de preços classificadas terão as suas propostas avaliadas conjuntamente e classificadas em ordem decrescente de Nota Final (NF), obedecendo-se os seguintes procedimentos:

a. O valor da Nota Final (NF) atribuída à licitante será obtida pela seguinte fórmula:

a. **$NF = 0,7 \times NT + 0,3 \times NP$**

b. Onde:

c. NF = Nota Final

d. NT = Nota Técnica

e. NP = Nota de Preço

b. As propostas serão classificadas em ordem decrescente de Nota Final (NF)

j) Será declarada vencedora do certame licitatório a licitante classificada com maior Nota Final (NF).

k) Ocorrendo o empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito pela Nota Técnica (NT), sendo considerada vencedora a empresa licitante de maior Nota Técnica (NT).

l) Caso persista o empate, a classificação final será por meio de sorteio em atos público.

6.6.3 - Publicado o resultado do julgamento da licitação no Diário Oficial do Distrito Federal e já decididos os recursos eventualmente interpostos ou decorrido o prazo recursal sem sua interposição, o julgamento da licitação será submetido à autoridade contratante para homologação do



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

procedimento, adjudicação de seu objeto à licitante vencedora e decisão quanto à contratação.

7 - DOS RECURSOS

7.1 - Dos atos da Administração que resultarem a habilitação ou inabilitação de licitante e julgamento das propostas, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com efeito suspensivo, a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata, na forma deste Edital e da Lei nº 8.666/93.

7.2 - Dos atos da Administração que resultarem anulação ou revogação desta licitação, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo, a contar da intimação do ato, na forma deste edital e da Lei 8.666/93.

7.3 - A interposição de recursos após a fase de habilitação, observados os tipos de licitação, ficarão adstritos ao âmbito da controvérsia.

7.4 - Será publicado no Diário Oficial o resultado da habilitação e julgamento das propostas quando todos os prepostos dos licitantes não estiverem presentes no ato em que for adotada a decisão, serão, também, publicados no mesmo órgão de imprensa os atos de Administração de que resultem a anulação ou revogação desta licitação.

7.5 - O recurso deverá ser:

7.5.1 - Datilografado e devidamente fundamentado e assinado;

7.5.2 - Endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação e protocolado na GTP/SE/DF;

7.5.3 - Interposto pelo representante legal, devidamente credenciado, através da apresentação do instrumento de procuração ou documentação equivalente.

7.6 - A interposição de recurso será comunicada aos demais licitantes que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, poderão impugná-la, facultando-lhes vistas ao processo.

7.7 - É defeso a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo, mediante a utilização de meios meramente protelatórios, sujeitando-se seu autor às sanções legais e administrativas aplicáveis.

7.8 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, devendo protocolizar o pedido na GTP/SE até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder a impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no parágrafo primeiro do artigo 113 da mesma lei. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

7.9 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, nos termos do artigo 41 parágrafo 2º da Lei 8.666/93. Nessa hipótese a comunicação a respeito das falhas ou irregularidades que viciaram esse edital não terá o efeito de recurso.

7.10 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente;

7.11 - A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.

7.12 - O recurso somente será conhecido se interposto dentro do prazo.

7.13 - Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento do prazo. Se este recair em dia sem expediente na SE/DF, o término ocorrerá no primeiro dia útil subseqüente.

7.14 - Na hipótese do item 7.1, o recurso será dirigido à Subsecretaria de Administração Geral, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, o qual poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado. Neste caso, a decisão será proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

7.15 - Os pedidos de reconsideração de decisões da Administração, bem como de representação de decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, que não caibam recurso hierárquico, serão em conformidade com o disposto nos incisos II e III do artigo 109 da Lei de Licitações.

Inciso II – Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

Inciso III – pedido de reconsideração, da decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art, 87 da Lei 8.666/93, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

7.16 – Na fluência dos prazos para interposição de recurso, representação ou impugnações, o processo ficará na Comissão Permanente de Licitação, localizada na no SGAN 607, Projeção “D”, sala 309, onde as licitantes poderão ter vista dos autos.

7.17 – Somente poderão recorrer, impugnar recurso ou edital e interpor recurso ou requerer certidões o representante legal, mandatário constituído ou pessoa expressamente credenciada pela licitante.

7.18 – Os recursos, impugnações ou representações não serão conhecidos quando: apresentados fora do prazo; entregues em local diverso do indicado; bem como



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

quando não conter: nome e endereço da licitante, data e assinatura, menção do cargo e nome do signatário; a indicação objeto da petição; a descrição clara dos atos e documentos questionados; a fundamentação do pedido; instrumento público ou particular de procuração ou contrato social, que credencie o peticionário.

8 - DO CONTRATO

8.1 - O contrato será regido pela Lei 8.666/93, sofrendo aplicação supletiva do Código Civil Brasileiro e da Teoria Geral dos Contratos, sendo obrigatória a instrumentalização do pacto de vontades nos termos do modelo constante do ANEXO IX a este edital, quando, então, o adjudicatário será convocado para assinar o respectivo instrumento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e neste edital.

8.2 - A garantia do contrato corresponderá a 5% (cinco por cento) do seu valor, prestada integralmente no prazo estabelecido no item 8.3, junto à Gerência de Contratos - GCON/SE-DF, mediante caução em dinheiro ou títulos de dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, cujo valor será atualizado nas condições contratualmente previstas, na forma do art 56 da lei 8.666/93.

8.3 - A garantia a que se refere o item anterior deverá estar assegurada no momento da assinatura do contrato, sob pena de ser declarada a inexecução total da obrigação assumida, com a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

8.4 - O prazo previsto para a execução dos serviços, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço pela Coordenação de Infraestrutura - COINF é de:

60 (sessenta) dias corridos: até 1.000 m ²
90 (noventa) dias corridos: até 2.000 m ²
120 (cento e vinte) dias corridos: até 4.000 m ²
Acima de 4.000 m ² , um prazo proporcional em aberto, a ser definido pela COINF

8.4.1 - A **Vigência Contratual** é de **365** (trezentos e sessenta e cinco) **dias**, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, na forma prevista no Art. 57, Inciso II da Lei nº 8.666/93..

8.5 - Farão parte integrante do Contrato, todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste edital, independente de transcrição.

8.6 - Caberá à contratante providenciar a publicação resumida do instrumento de contrato e de seus eventuais termos aditivos, no Diário Oficial do DF, nos termos do parágrafo único do artigo nº 61 da Lei 8666/93.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

8.7 - A Contratação poderá ter seus prazos de execução ou conclusão prorrogados, na ocorrência de qualquer dos motivos dispostos no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei 8666/93, desde que justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente (§2º, art.57, Lei 8.666/93).

8.8 - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a obra executada em desacordo com o estabelecido no contrato ou em ordens de serviço.

8.9 - Será designado um executor para o Contrato para em nome da Contratante coordenar a execução dos serviços ora licitados junto à Contratada, ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil vigentes.

8.10 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

8.11 - O prazo previsto para a execução dos serviços, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço pela Coordenação de Infraestrutura - COINF é de:

60 (sessenta) dias corridos: até 1.000 m ²
90 (noventa) dias corridos: até 2.000 m ²
120 (cento e vinte) dias corridos: até 4.000 m ²
Acima de 4.000 m ² , um prazo proporcional em aberto, a ser definido pela COINF

8.12 - Cessão dos Direitos Patrimoniais e Autoria

8.12.1 - A contratada, quando da assinatura do contrato, por meio de declaração, conforme modelo anexo ao presente Projeto Básico, cederá à Contratante os direitos autorais e patrimoniais dos projetos e demais trabalhos de engenharia, objeto do presente Projeto Básico, de modo que esta possa construir, reformar, ampliar, adequar, repetir, corrigir, bem como utilizar a seu critério em quaisquer lugares determinados pelo Governo do Distrito Federal, sem que lhe assita direito à indenização, nos termos do art. 111 da Lei nº 8.666/93 e dos artigos 49 e seguintes da Lei nº 9.610/98.

8.12.2 - Com a cessão, passarão ao Governo do Distrito Federal – GDF, por definitiva transferência, todos os direitos e faculdades que no seu conjunto constituem o direito patrimonial e de autoria sobre o projeto realizado, em todos os seus aspectos, manifestações e aplicações que forem necessárias para o exercício dos direitos cedidos, a exclusivo arbítrio do GDF.

8.12.3 - Dessa forma, os projetos executivos completos, assim como as sondagens, pareceres técnicos, levantamentos de quantitativos, dados, pesquisas, relatórios, quaisquer outros levantamentos, ou documentos



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

elaborados pela CONTRATADA em decorrência da contratação do objeto do presente Projeto Básico, serão de propriedade exclusiva do GDF.

9 - REAJUSTE

9.1 A variação de preços para efeito de reajuste anual será medida pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC publicado pela Fundação Getúlio Vargas; A periodicidade anual de que trata o item anterior será contada a partir da data limite para apresentação da proposta de preços, com fulcro no § 1º, Art. 3º da Lei nº 10.192/2001.

10 - DA ALTERAÇÃO

10.1- O presente contrato poderá ser alterado, nos seguintes casos:

10.1.1- Unilateralmente pela Administração:

10.1.1.1 - Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

10.1.1.2 - Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei;

10.1.2- Por acordo das partes:

10.1.2.1 - Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

10.1.2.2 - Quando necessária a modificação do regime de execução;

10.1.2.3 - Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de execução da obra ou serviço;

10.1.2.4 - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da Obra ou serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

10.2- A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de reforma de edifício, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

10.3- Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior.

10.4- No caso de supressão de obra ou serviço, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

10.5- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

10.6- Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração restabelecerá por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

10.7- A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste instrumento contratual, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e serão registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

11 - DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - Os prazos de início de etapas de execução e de conclusão admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

11.1.1 - Alteração do projeto ou especificação, pela Administração;

11.1.2 - Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

11.1.3 - Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

11.1.4 - Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

11.1.5 - Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

11.1.6 - Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

11.2- A prorrogação de que trata este item, deverá ser solicitada com a devida justificativa, até o 5º (quinto) dia útil antes do término do prazo pactuado, cabendo ao titular da unidade promotora da licitação autorizá-la, através de ato motivado, até o 2o. (segundo) dia útil antes de expirar o prazo a ser prorrogado, observado o disposto no item 14 desta Concorrência.

12 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1- Pela ocorrência de algum dos motivos abaixo elencados, poderá o contratante rescindir unilateralmente o presente instrumento contratual, mediante notificação entregue diretamente a contratada ou por via postal em Aviso de Recebimento (AR).

12.1.1 - Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

12.1.2 - Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

12.1.3 - Lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra ou serviço, nos prazos estipulados;

12.1.4 - Atraso injustificado no início da obra ou serviço;

12.1.5 - Paralisação da obra ou serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

12.1.6 - Desatendimento das determinações regulamentares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

12.1.7 - Cometimento reiterado de falhas na sua execução anotadas na forma do Parágrafo 1º do Artigo 67 da Lei 8.666/93, republicada no DOU em 06.07.94;

12.1.8 - Decretação de falência ou instauração de insolvência civil.

12.1.9 - Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

12.1.10 - Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que prejudique a execução deste contrato;

12.1.11 - Razões de interesse Público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela alta esfera administrativa a que está subordinada a contratante e exaradas no processo administrativo que se refere o contrato;

12.1.12 - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;

12.1.13 – Constitui uma das causas para rescisão contratual o descumprimento do disposto no Inciso V do art. 27, da Lei 8.666/93, sem prejuízos das sanções penais cabíveis.

12.2 - De conformidade com o Artigo 79, da Lei 8.666/93, republicada no DOU em 06/07/94, este contrato poderá ser rescindido:

12.2.1 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

12.2.2 - Judicialmente, nos termos da legislação;

12.3 - A rescisão Administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.4 - Quando a rescisão ocorrer com base no inciso XII a XVI do Artigo 78 da Lei 8.666/93 sem que haja culpa da contratada, será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

12.4.1 - Devolução da garantia;

12.4.2 - Pagamento devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;

12.4.3 - Pagamento do custo da desmobilização.

12.5 - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo;

12.6 - Em conformidade com o Artigo 80, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, a rescisão de que trata o Inciso I do Artigo 79, (item 12.1) acarreta as seguintes conseqüências, sem prejuízos das sanções previstas na citada Lei:

12.6.1 - Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

12.6.2 - Ocupação e utilização do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade,



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

na forma do Inciso V do Artigo 58 da Lei 8.666/93, republicada no DOU em 06/07/94;

12.6.3 - Execução da garantia contratual, para ressarcimento à Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

12.6.4 - Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

12.7 - A aplicação das medidas previstas nos subitens 12.6.1 e 12.6.2 do item 12.6, fica a critério da Administração que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

12.8 - Na hipótese do subitem 12.6.2 do item 12.6, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal.

12.9 - Do ato que rescindir o contrato por algum dos motivos a que se refere o Inciso I do Art. 79 da Lei n.º 8.666/93, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos termos do Artigo 109, da Lei referida.

12.10 - A eventual rescisão da contratação processar-se-á nos termos previstos pelos arts. 78 a 80 da Lei 8.666/93, sempre de forma motivada, segundo o que prevê o parágrafo único do art. 78 do aludido diploma legal, cabendo recurso administrativo, devendo ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação, nos termos do art 87 da Lei 8.666/93.

13 - DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS

13.1 - A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal designará 02 (dois) executores, sendo um titular e um suplente, que desempenharão as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, vigentes

14 - DO RECEBIMENTO DA OBRA OU SERVIÇO

14.1 - O Recebimento da Obra ou Serviço dar-se-á da seguinte forma:

14.1.1 - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada devidamente protocolada na Gerência de Trâmite Processual/GTP, e mediante a entrega dos seguintes documentos à Gerência de Acompanhamento e Fiscalização de Obras/GERAF;

14.1.1.1 - Um jogo de cópias dos projetos de arquitetura (contendo todas as modificações havidas no projeto executivo) devidamente registrado no CREA, aprovado pelos órgãos competentes, com as respectivas modificações, caso tenha havido;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

14.1.1.2 - Originais de todos os projetos complementares solicitados nas especificações técnicas;

14.1.2 - Definitivamente, por comissão designada pela COINF, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de até 90 (noventa) dias do recebimento provisório, observado o disposto no Art. 69 da Lei nº 8.666/93, republicada no DOU em 06/07/94.

14.2 - A Garantia Contratual somente será liberada após o recebimento definitivo do serviço.

14.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, dentro dos limites estabelecidos pela lei e pelo presente instrumento contratual.

14.4 – O recebimento definitivo, não exclui a responsabilidade da contratada quanto a apresentação da documentação a que se referem os artigos 51, 56 e 158 da Lei nº 2.105/98, em conformidade com a natureza da obra.

14.5 – O recebimento definitivo de serviços de engenharia está condicionado à comprovação, pelo contratado, do recolhimento das contribuições trabalhistas e previdenciárias devidas.

15 - DAS PENALIDADES

15.1 – Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições da presente Licitação, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto 26.851/2006, e suas alterações posteriores, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 103 de 31 de maio de 2005, pág. 05 a 07, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei n.º 8.666/93 e alterações introduzidas pelos Decretos nº 26.993/2006 e 27.069/2006, ressaltando que no caso de aplicação de multas deverão primeiramente ser descontadas da garantia do respectivo contratado, conforme disposto § 2º do Art. 86 da Lei de Licitações e Contratos.

15.2 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste edital e dos contratos dele decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto Distrital contido no **Anexo** deste edital.

16 - DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento deverá ser efetuado em moeda nacional (Real), após a realização dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal especificando os valores relativos ao ISS, IR, INSS, se for o caso, e liquidada a despesa até 30 (trinta)



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

dias da apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo executor do contrato, obedecendo as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

16.2 - Na ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar provas de regularidade relativas à SEGURIDADE SOCIAL (CND), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL será feita mediante apresentação, em plena validade, de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Tributos Federais, emitidas pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (Certidão de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal) e pela PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União) DO MINISTÉRIO DA FAZENDA e Prova de Regularidade Trabalhista, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, obtidas por intermédio do **sítio www.tst.jus.br/certidao**, que comprove a inexistência de débito inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante (Lei nº 12.440, de 07 de junho de 2011), em plena validade, podendo ser aceita além da CND, em caso de impossibilidade de sua emissão, também Certidão Positiva com efeito de Negativa. Deverá apresentar também a comprovação de recolhimento dos encargos sociais, mês a mês, relativamente à folha de empregados

16.3 - A liberação da última fatura, somente será efetuada após o recebimento provisório da obra e/ou serviço e a apresentação da guia de quitação das taxas de energia elétrica e água, se for o caso, bem como as relativas aos encargos da Seguridade Social.

16.4 – Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação do IPCA/IBGE *pró rata tempore die*, conforme Decreto-DF n.º 32.121/2016.

16.5 – O pagamento a empresa com sede ou domicílio do Distrito Federal, referente a créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil, reais), será feito exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB, nos termos do Decreto nº 32.767/2011 – DF e alterações posteriores.

16.5.1 Ficam excluídas do exposto no item 16.5:

16.5.1.1 - os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

16.5.1.2 - os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

16.5.1.3 - os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Fazem parte integrante desta Concorrência, os seguintes Anexos:

- ANEXO I – Projeto Básico;
- ANEXO II – Declaração de Responsabilidade Técnica e Indicação da Equipe Técnica;
- ANEXO III – Planilha Orçamentária;
- ANEXO VI – Cronograma Físico Financeiro Exemplificativo;
- ANEXO V – Composição de Preços Unitários;
- ANEXO VI – Declaração de Pleno Conhecimento da Obra;
- ANEXO VII – Declaração de Vistoria;
- ANEXO VIII – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- ANEXO IX – Declaração de Menores;
- ANEXO X – Contrato;
- ANEXO XI – Registro entre as partes;
- ANEXO XII – Modelo de Proposta Econômica;
- ANEXO XIII – Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- ANEXO XIV – Decreto n.º 26.851 de 30/05/2006.

17.1.1 - Projetos, desenhos, especificações e normas de execução;

17.1.2 - Modelos de formulários, declarações e planilhas;

17.1.3 – Planilha de preços e demais projetos.

17.2 - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.3 - É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, bem como vistoriar as instalações das concorrentes, vedada a inclusão posterior de documentos.

17.4 - A Comissão Permanente de Licitação poderá sugerir a desclassificação de propostas por ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso se comprove posteriormente fato existente à época do julgamento, que desabone a capacidade financeira, técnica ou a idoneidade do licitante adjudicado.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

17.5 - A Comissão Permanente de Licitação poderá recorrer a setores técnicos internos e externos, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das propostas.

17.6 - Nenhuma indenização será devido aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

17.7 - A Comissão Permanente de Licitação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, observadas na documentação e propostas, passíveis de serem sanadas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas depois de encerrada a reunião de abertura desta licitação, desde que não contrariem a legislação vigente, não comprometam sua lisura e não venham em prejuízo dos demais licitantes.

17.8 - A participação nesta licitação implica na aceitação, plena e irrevogável, desta Concorrência e seus Anexos.

17.9 - Todo e qualquer pedido de alteração no caderno de especificação oriundo desta licitação, será dirigido à Gerência de Acompanhamento e Fiscalização de Obras/GERAF /SE-DF, protocolado e fundamentado, cabendo à mesma a análise do mérito e encaminhamento à Subsecretaria de Administração Geral/SUAG-SEEDF para o deferimento ou não do pedido.

17.10 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.11 - Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto desta Concorrência correrão por conta da contratada e deverão ser apresentados, quando solicitados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

17.12 - Qualquer dúvida relativa a esta Concorrência, às especificações e projetos será dirimida durante o horário normal de expediente, pela Gerência de Projetos/GEPRO/SE-DF, na sala 224 segundo andar, no SGAN 607 PROJEÇÃO "D", Fone : 3901-2364 e 2353 (exclusivo para dúvidas de cunho técnico, ou email: cpl.seedf@gmail.com .

17.13 - Todos os materiais de demolições que forem retirados da obra ou serviço, depois de conferidos pela fiscalização, deverão ser entregues no depósito da SE-DF, no Setor de Indústria e Abastecimento-SIA, ou na Diretoria Regional de Ensino, de acordo com a fiscalização.

17.14 - Será de responsabilidade da contratada as placas de identificação da obra.

17.15 - Na hipótese de não haver expediente na data marcada para a abertura da presente Concorrência, serão recebidos, simultaneamente, os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços no primeiro dia útil subsequente.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

17.16 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.17 – Só se iniciam e vencem os prazos referidos no item 17.16 em dia de expediente na SEE-DF.

17.18 – Está vedado o NEPOTISMO na esfera do Poder Executivo do Distrito Federal conforme Decreto Distrital nº 32.751/2011:

17.18.1 Conforme estabelece o Decreto Distrital nº 32.751/2011, que trata da vedação do NEPOTISMO na esfera do Poder Executivo do Distrito Federal não poderão participar participação de pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de: (Artigo alterado pelo(a) Decreto 37843 de 13/12/2016)

I – agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou (Inciso alterado pelo(a) Decreto 37843 de 13/12/2016);

II - agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação. (Inciso alterado pelo(a) Decreto 37843 de 13/12/2016).

17.19 - Fica expressamente proibido o uso de mão de obra infantil, conforme preceitua a Lei Distrital nº 5.061/2013

17.20 - Para dirimir quaisquer questões oriundas deste instrumento fica eleito o foro da cidade de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro.

17.20 - Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital n.º 34.031/2012).

17.21 – Fica vedada a utilização de conteúdo contendo atos discriminatórios contra a mulher, ou que incentive a violência e exponha a mulher a constrangimento homofóbico, o que a exponha a qualquer tipo de discriminação, conforme preceitua a lei distrital 5.448/2015.

17.22 – Integram o presente Edital os seguintes documentos: ANEXO I – Projeto Básico; ANEXO II – Declaração de Responsabilidade Técnica e Indicação da Equipe Técnica; ANEXO III – Planilha Orçamentária; ANEXO VI – Cronograma Físico Financeiro Exemplificativo; ANEXO V – Composição de Preços Unitários; ANEXO VI – Declaração de Pleno Conhecimento da Obra; ANEXO VII – Declaração de Vistoria; ANEXO VIII – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos; ANEXO IX – Declaração de Menores; ANEXO X – Contrato; ANEXO XI – Registro entre as partes; ANEXO XII – Modelo de Proposta Econômica; ANEXO XIII Decreto n.º 26.851 de 30/05/2006.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

17.22.1 Os arquivos contendo Projeto Básico, Caderno de Especificações, Orçamento detalhado em planilha serão fornecidos aos licitantes em meio magnético no momento da retirada do Edital na SGAN 607, Projeção D, sala 309.

Brasília – DF, 16/05/2018

JAIRO PEREIRA MARTINS
Comissão Permanente de Licitação
Presidente



ANEXO I

PROJETO BÁSICO

2. Introdução:

O presente Projeto Básico, juntamente com o Caderno de Especificações, fls. 186/233, a Planilha Estimativa nº 02/2016 (Atualizada – Jan/2018), fls. 172/177, e Cronograma Físico-Financeiro, fl. 178, compõem a documentação técnica que tem por objetivo a contratação de empresa especializada, com capacitação técnica para a execução dos serviços, de natureza continuada, de sondagem, elaboração de projetos complementares e de orçamentos para construção, ampliação e/ou reforma de instituições de ensino e demais próprios da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

As contratações de obra ou serviço deve se ater ao art. 6º da Lei 8.666/93:

“Para os fins desta Lei, considera-se: (...) IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução (...)”.

3. Objeto:

Contratação de empresa especializada, com capacitação técnica para a execução dos serviços, de natureza continuada, de sondagem, elaboração de projetos complementares e de orçamentos para construção, ampliação e/ou reforma de instituições de ensino e demais próprios da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

4. Justificativa:

Atender ao item V da Decisão nº 2471/2002 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, fls. 31/32 e aos incisos IX e X, Art. 6 da Lei 8.666/1993 e alterações subsequentes.

Importante ressaltar que os projetos de arquitetura são elaborados por profissionais desta Secretaria; entretanto, não contamos com profissionais técnicos especializados (engenheiros) em número suficiente para executar os serviços de elaboração de projetos complementares (fundações, estruturas, instalações), orçamentos de obras e, bem assim, sondagem de terrenos, se tornando indispensável a pretensa contratação para que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal leve a termo a demanda reprimida de obras da Rede Pública de Ensino do DF.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Vale registrar que estamos impossibilitados de executar obras que por suas especificidades requeiram a apresentação da documentação técnica de que trata este Projeto Básico, até mesmo aquelas que são objeto de ação judicial.

5. Meta Física:

Complementar a documentação técnica exigida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal para fins de licitações públicas de obras desta Secretaria e atender aos incisos IX e X, Art. 6 da Lei 8.666/1993 e alterações subsequentes.

6. Especificação Técnica dos Serviços:

Os serviços serão executados conforme Caderno de Especificações constante às fls. 186/233, que, independente de transcrição, compõe o presente Projeto Básico.

As peças técnicas elaboradas para a contratação de obras e ou serviços de engenharia são assinadas por técnicos da área de Engenharia e Arquitetura, devidamente registrados no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), com registro no DF, pertencentes ao quadro da Secretaria de Estado de Educação e lotados nesta Coordenação de Infraestrutura.

7. Quantitativo:

Os serviços serão executados de acordo com as demandas da SEDF e em conformidade com os quantitativos constantes da Planilha Estimativa acostada às fls. 172/177.

8. Total Geral Estimado

O valor total estimado dos serviços é de **R\$ 8.284.319,78** (oito milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e dezenove reais e setenta e oito centavos).

9. Licença Ambiental

Os serviços em questão não são passíveis de licença ambiental, nos termos do Anexo I da Resolução nº 237/1997 do CONAMA que estabelece às atividades ou empreendimentos sujeitos a licença ambiental.

10. Período de Execução:

O prazo previsto para a execução dos serviços, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço pela Coordenação de Infraestrutura - COINF é de:

60 (sessenta) dias corridos: até 1.000 m ²
90 (noventa) dias corridos: até 2.000 m ²
120 (cento e vinte) dias corridos: até 4.000 m ²
Acima de 4.000 m ² , um prazo proporcional em aberto, a ser definido pela COINF



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

A **Vigência Contratual** é de **365** (trezentos e sessenta e cinco) **dias**, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, na forma prevista no Art. 57, Inciso II da Lei nº 8.666/93.

11. Penalidades:

- a) Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente projeto básico, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto nº 26.851/2006, juntado às fls. 89/95, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 103 de 31 de maio de 2005, pág. 05 a 07, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei n.º 8.666/93 e alterações introduzidas pelos Decretos nº 26.993/2006 e 27.069/2006.
- b) A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste projeto básico e do contrato dele decorrente, em face do disposto nos Artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no supracitado Decreto Distrital.

12. Processo Seletivo:

O processo seletivo será do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, estando em conformidade com o Art. 46 da Lei nº 8.666/1993, devendo as licitantes apresentar os seguintes envelopes:

- a. ENVELOPE "A" – **DOCUMENTAÇÃO**: a ser apresentada conforme estipulado no Edital de Licitação;
- b. ENVELOPE 'B' – **PROPOSTA TÉCNICA**;
- c. ENVELOPE "C" – **PROPOSTA COMERCIAL**.

1. PROPOSTA TÉCNICA:

A Proposta Técnica deverá ser apresentada atendendo as seguintes exigências:

- f) Redigida em língua portuguesa;
- g) Impressa em papel timbrado da licitante, com todas as páginas do corpo principal e de seus anexos devidamente numeradas e rubricadas com assinatura na última folha;
- h) Sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas;
- i) Conter o nome do proponente, endereço, suas características e identificação individual ou social;
- j) Datada com o dia fixado para a entrega dos envelopes à Comissão de Licitação;

Deverá conter os seguintes documentos:



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

- d) **Certidão de registro de pessoa jurídica em nome da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, juntamente com a classificação onde conste área de atuação compatível com o objeto deste Termo de Referência, emitidos pelos respectivos Conselhos da jurisdição da sede licitante, ambos os documentos válidos na data da habilitação. Exigível para todas as empresas, individualmente e/ou consórcio.**
- e) **Declaração de Aceitabilidade de Responsabilidade Técnica e Indicação de Equipe Técnica**, conforme modelos anexos ao presente Projeto Básico, devidamente assinada e com firma reconhecida em cartório por todos os responsáveis técnicos por cada área de atuação, inclusive o coordenador geral, declarando de que têm ciência do integral conteúdo deste Projeto Básico, que aceita participar da Equipe Técnica que elaborara o objeto desta licitação e que será o responsável técnico pelo (s) projeto(s) e/ou serviços técnicos de sua(s) especialidade(s), para empresa individual ou para empresa Líder do Consórcio.
- i. Para efeito de julgamento e atribuição de pontuação técnica às equipes, conforme critérios constantes do item 3 – JULGAMENTO, serão considerados os acervos técnicos apenas das pessoas indicadas na equipe técnica, um profissional para cada área de projeto.
 - ii. Um mesmo profissional não poderá participar da equipe técnica de mais de uma licitante;
 - iii. A Equipe Técnica deverá ter um Coordenador Geral, que será o elemento de ligação entre a licitante vencedora e a COINF/SEDF, durante a execução do contrato, e será o responsável pela integração de todos os projetos e serviços de engenharia;
 - iv. O Coordenador Geral deverá comprovar, por meio de Certidão de Acervo Técnico – CAT, experiência em coordenação de projetos.
 - v. Os integrantes da Equipe Técnica deverão, obrigatoriamente, ser os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a Responsabilidade Técnica pela elaboração de projetos de sua área de atuação;
 - vi. Os integrantes da Equipe Técnica deverão apresentar atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) das(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico, comprovando a execução de serviços conforme QUADRO , da Avaliação Técnica, item 3 – JULGAMENTO;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

- vii. Na execução do contrato, somente será admitida a substituição de qualquer dos profissionais indicados como integrantes da Equipe Técnica, e cuja capacitação e experiência tenha contribuição para a classificação da licitante, por outro com capacitação e experiência devidamente comprovadas, equivalente ou superior à do profissional substituído.
 - viii. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico, acompanhada da baixa da ART do profissional que está sendo substituído. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela COINF/SEDF.
- f) **Certidão de registro de pessoa física emitida pelo CREA e/ou CAU**, em nome de cada integrante da Equipe Técnica, com validade na data da abertura da licitação, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pela licitante.
- d. **Comprovação de que o Coordenador Geral** e os profissionais que compõem a equipe técnica de orçamento, de geologia e de cada engenharia (civil - de fundações, de cálculo estrutural e de hidro-sanitárias, mecânica, elétrica, eletrônica) de que tratam os subitens “iii” e “v” possuem vínculo de trabalho permanente com a empresa licitante e onde conste ser responsável técnico da empresa, sendo a comprovação feita através da apresentação dos seguintes documentos:
- i. Carteira de Trabalho assinada com a empresa; ou
 - ii. Contrato Social para identificação dos sócios engenheiros/arquitetos; ou
 - iii. Certidão do CREA e/ou CAU da licitante com indicação do referido profissional como RT da empresa.
- e. **Descrição da Metodologia de Trabalho**: A licitante deverá entregar documento demonstrando sua capacidade produtiva e suas estratégias para atendimento aos prazos solicitados. Será pontuado conforme descrito no item “3. JULGAMENTO” e compreenderá, no mínimo, a descrição dos seguintes elementos, para fins de julgamento da qualidade técnica da proposta:
- i. **Métodos**: deverá conter a descrição detalhada da forma de trabalho a ser empregada, sendo indispensáveis as seguintes informações:
 - 1. Planejamento das ações e dos procedimentos necessários à elaboração e coordenação dos projetos,



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

tais como: visita ao terreno, reuniões de integração com os diversos projetistas, reuniões com o executor do contrato, providências para aprovação dos projetos e consultas prévias nos órgãos competentes;

ii. Organização:

1. Apresentação, sob a forma de organograma, da estrutura organizacional da equipe que executará os serviços, indicando nome e formação profissional dos integrantes da Equipe Técnica, definindo a(s) área(s) de atuação de cada profissional e os quantitativos dos demais profissionais envolvidos na execução dos serviços, definindo seus cargos, atribuições e responsabilidades.

iii. Recursos técnicos e materiais: deverá incluir no mínimo:

1. Descrição dos recursos disponíveis para a execução dos serviços, incluindo os softwares que serão utilizados na elaboração dos diversos projetos, e sistemas e bases de dados para elaboração de orçamentos, bem como os equipamentos de informática e os recursos de comunicação;
2. A licitante deverá indicar a utilização mínima dos softwares VOLARE da Editora PINI Ltda e SINAPI da CAIXA para elaboração das estimativas de preços de licitação;

OBSERVAÇÃO: a Metodologia de Trabalho deverá conter, no máximo, 12 (doze) folhas escritas.

- f. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto aos atestados, Descrição da Metodologia de Trabalho ou qualquer condição que importe em modificação dos termos originais propostos pela licitante;
- g. A proposta técnica será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

2. PROPOSTA COMERCIAL:

A Proposta de Preço deverá ser apresentada atendendo as seguintes exigências:

- k) Redigida em língua portuguesa;
- l) Impressa em papel timbrado da licitante, com todas as páginas do corpo principal e de seus anexos devidamente numeradas e rubricadas com assinatura na última folha;
- m) Sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas;
- n) Conter o nome do proponente, endereço, suas características e identificação individual ou social;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

- o) Datada com o dia fixado para a entrega dos envelopes à Comissão de Licitação;
- p) Conter declaração expressa de que no preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, demais despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do objeto da licitação;

Na proposta de preço será consignado:

- l) O coeficiente multiplicador “K” proposto pela licitante, o qual será aplicado uniformemente sobre os preços unitários apresentados na planilha estimativa da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, parte integrante do presente Projeto Básica;
- m) O coeficiente multiplicador “K” deverá ser apresentado com 02 (duas) casas decimais, sendo no máximo igual a 1,00 (um vírgula zero zero);
- n) O Coeficiente multiplicador “K” proposto pela licitante não poderá, **sob pena de desclassificação**, ser superior a 1,00 (um vírgula zero zero)
- o) Conter o preço global expresso em algarismo e por extenso, em moeda nacional (real) sendo que a terceira casa decimal, eventualmente constante da proposta, será desconsiderada na ocasião do julgamento;
- p) Prazo para execução total do contrato não superior a 360 (trezentos e sessenta) dias corridos
- q) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data fixada para a entrega dos envelopes à Comissão de Licitação;
- r) O valor do ISS compreendido no preço, conforme estabelece o Art. 10 do Decreto nº 14.122, de 19 de agosto de 1992 que regulamenta a Lei nº 294 de 21/07/1992, do Governo Federal;
- s) No coeficiente multiplicador “K” indicado na proposta deverão estar inclusos todos os custos necessários para a prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico, assim como todas as despesas com impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transportes, despesas com ART e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, além de todos os custos indiretos (BDI), incluindo despesas indiretas administrativas, administração central, lucros e imprevistos;
- t) Deverá ser indicado o valor do BDI considerado na proposta, e apresentado o detalhamento de sua composição, constando, necessariamente, valores dos impostos, lucros, eventuais e administração central;
- u) A não apresentação da composição do BDI ou a apresentação com omissões de itens acarretará a desclassificação da proposta.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

- v) Deverá constar na proposta comercial o nome completo da empresa, seu endereço, o nome do Banco, Agência, Conta Corrente, número do CNPJ e a assinatura do responsável (em consonância com os dados informado na habilitação).

Planilha Orçamentária Detalhada,

A licitante deverá apresentar Planilha Orçamentária por ela elaborada, detalhada, contendo todos os itens referentes aos serviços que compõem o valor total proposto, seguindo, fielmente a planilha estimativa da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, objeto deste Projeto Básico, devendo apresentar preços unitários para todos os itens constantes da referida planilha, de acordo com o Coeficiente Multiplicador “K” proposto na sua **Proposta de Preço**.

Não poderão ser alterados pela licitante, **sob pena de desclassificação**, os quantitativos, apresentados na planilha estimativa da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Observações:

1. A Secretaria de Educação pagará pela execução dos serviços, os preços unitários constantes da Planilha Orçamentária apresentada pela SEDF, base referência da licitação, multiplicados pelo coeficiente multiplicador “K” proposto pela licitante vencedora do certame e pelos quantitativos de serviços efetivamente executados.

O preço global máximo admitido será de **R\$ R\$ 8.284.319,78** (oito milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e dezenove reais e setenta e oito centavos).

3. JULGAMENTO:

A. AVALIAÇÃO TÉCNICA:

As propostas técnicas apresentadas em desacordo com o estabelecido no presente Projeto Básico serão desclassificadas, não se admitindo complementação posterior.

9 CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA: (45 PONTOS)

Deverão ser apresentados atestados de capacidade técnica-operacional devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, devidamente vistados no CREA/DF, que comprovem que a licitante tenham executados os itens previstos no quadro a seguir:



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

QUADRO 01

ITEM	TIPO DE SERVIÇO	PONTOS POR ATESTADO (máximo 4 atestados)	TOTAL DE PONTOS (máximo)
01	INSTALAÇÕES hidro-sanitárias, drenagem de águas pluviais em edificação, com área de construção mínima de 2.500 m ² para cada atestado.	1,625	6,5
02	INSTALAÇÕES Elétrica (Elétrica, de emergência, grupos geradores, <i>nobreaks</i> , subestação de energia) e Eletrônicas (detecção e alarme, sonorização, antenas coletivas, TV a cabo, circuito fechado de televisão e cabeamento estruturado) em edificação, com área de construção mínima de 2.500 m ² para cada atestado.	1,625	6,5
03	INSTALAÇÕES Eletromecânicas (sistema de ar condicionado e/ou climatização e/ou ventilação mecânica, sistemas de prevenção e combate a Incêndio: Sprinklers, Hidrantes, Extintores, Sinalização, Central de GLP em tanques) em edificação, com área de construção mínima de 2.500 m ² para cada atestado.	1,625	6,5
04	FUNDAÇÕES E ESTRUTURA de concreto armado e metálica em edificação, com área de construção mínima de 2.500 m ² para cada atestado.	1,625	6,5
05	ORÇAMENTO DETALHADO de obras em edificação, com área de construção mínima de 2.500 m ² para cada atestado.	1,625	6,5
06	Execução de ESTUDOS GEOTÉCNICOS com sondagem de terreno para projetos de edificações, com área mínima de 2.500 m ² .	1,5	6,0
07	Elaboração de PROJETOS DE INSTALAÇÕES PREDIAIS com sistema de reuso de águas das chuvas e reuso de águas servidas em edificação, com área de construção mínima de 2.500 m ² .	1,625	6,5
NOTA DA CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA (NCT1)			45

Observações:

- Para atendimento de um único item os atestados não poderão ser complementares;
- Um mesmo atestado poderá pontuar em mais de um item;
- Para facilitar a análise das propostas, a licitante deverá apresentar um quadro com a relação dos atestados que comprovem a experiência da empresa.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

10 CAPACIDADE TÉCNICA DA EQUIPE: (50 PONTOS)

Deverão ser apresentados atestados de capacidade técnica, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) das(s) respectiva(s) Certidões de Acervo Técnico - CAT, expedidas por estes Conselhos, devidamente vistas no CREA/DF, em nome dos profissionais relacionados na Indicação da Equipe Técnica e Declaração de Aceitabilidade de Responsabilidade Técnica, que comprovem que tais profissionais tenham executados os itens previstos no quadro a seguir:

QUADRO 02

PROFISSIONAIS A PONTUAR	PONTUAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL				TOTAL DE PONTOS (máximo)
	RT da Empresa	Com Vínculo Permanente com a Empresa	Tempo de Experiência	Comprovação de Experiência com	
Coordenador Geral: Engenheiro ou Arquiteto			0,5 pontos para cada 5 anos de experiência, limitado a 3,0 pontos	Um único atestado, constando: Coordenação de projetos complementares em geral, cito: estrutura, fundação, hidro-sanitário, elétrico, mecânico e de combate a incêndio: 8,0 pontos	11
Profissional de Fundações: Engenheiro Civil	0,5 ponto	0,5 ponto	0,25 pontos para cada 5 anos de experiência, limitado a 1,5 pontos	Um atestado, constando autoria de projeto de fundações: 4,0 pontos	6,5
Profissional de Projetos de Fundações/Estrutura : Engenheiro Civil	0,5 ponto	0,5 ponto	0,25 ponto	Um atestado constando autoria de projeto de cálculo estrutural em edificações: 4,0 pontos	6,5
Profissional de Projeto de Instalações Hidro-sanitárias: Engenheiro Civil ou Sanitarista	0,5 ponto	0,5 ponto	0,25 ponto para cada 5 anos de experiência, limitado a 1,5 pontos	Um atestado para cada categoria de edificação, constando autoria de projeto hidro-sanitário para uso escolar: 4,0 pontos Para outros usos institucionais: 2,0 pontos Para usos em geral: 1,0 ponto Caso o projeto conste reuso de água será concedido mais 0,5 ponto	6,5
Profissional de Projeto de Instalações Elétricas, Eletrônicas e Lógicas: Engenheiro Eletricista	0,5 ponto	0,5 ponto	0,25 ponto para cada 5 anos de experiência, limitado a 1,5 pontos	Um atestado para cada categoria de edificação, constando autoria de projeto elétrico, eletrônico e lógico para uso escolar: 4,0 pontos Para outros usos	6,5



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

				institucionais: 2,0 pontos Para outros usos em geral: 1,0 ponto	
Profissional de Projeto de Instalações Mecânicas e de GLP: Engenheiro Mecânico	0,5 ponto	0,5 ponto	0,25 ponto para cada 5 anos de experiência, limitado a 1,5 pontos	Um atestado para cada categoria de edificação, constando autoria de projeto de GCP para uso escolar: 4,0 pontos Para usos institucionais: 2,0 pontos Para outros usos em geral: 1,0 ponto	6,5
Profissional de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio: Engenheiro	0,5 ponto	0,5 ponto	0,25 ponto para cada 5 anos de experiência, limitado a 1,5 pontos	Um atestado para cada categoria de edificação, constando autoria de projeto de SPDA, saída de emergência, hidrantes, sinalização de emergência, extintores e afins para uso escolar: 4,0 pontos Para outros usos institucionais: 2,0 pontos Para outros usos em geral: 1,0 ponto	6,5
NOTA DA CAPACIDADE TÉCNICA DA EQUIPE (NCT2)					50

Observações:

- No caso de consórcio o Coordenador Geral deverá pertencer à empresa líder;
- O Coordenador Geral deverá ser obrigatoriamente Responsável Técnico da empresa licitante;
- Um mesmo atestado poderá pontuar tanto para a capacidade técnica da empresa quanto para a capacidade técnica da equipe;
- Deverá ser apresentada a certidão de registro no CREA e/ou CAU da empresa para comprovação de RT;
- O Coordenador geral somente poderá acumular função de profissional uma única vez;
- Os atestados deverão ter serviços descritos conforme a experiência de cada profissional da equipe técnica mínima, devendo os mesmos constar como RT dos trabalhos executados e deverão ser acompanhados das respectivas CAT's;
- O tempo de experiência profissional será avaliado através da apresentação de cópia do diploma de graduação ou cópia da Carteira Profissional do CREA e/ou CAU, devidamente autenticada em cartório;
- Para facilitar a análise das propostas, a licitante deverá apresentar quadro com a relação dos profissionais da equipe técnica mínima, o atestado que comprova a experiência, a sua relação com a empresa (RT, com ou sem vínculo) e o tempo de experiência;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

- A equipe técnica mínima deverá obrigatoriamente ser composta por 01 Coordenador Geral, 01 Engenheiro Civil, 01 Engenheiro Eletricista e 01 Engenheiro Mecânico.

11 METODOLOGIA DE TRABALHO: (5 PONTOS)

Será atribuída uma Nota de Metodologia de Trabalho (NMT) a cada uma das licitantes da forma a seguir:

- c) Nota NMT = 5 (cinco) para a licitante que apresentar a Metodologia de Trabalho, na forma descrita no item 1, subitem “e” da PROPOSTA TÉCNICA do presente Projeto Básico.
- d) Nota NMT = 0 (zero) para a licitante que deixar de apresentar a Metodologia de Trabalho, na forma descrita no item 1, subitem “e” da PROPOSTA TÉCNICA do presente Projeto Básico.

12 NOTA TÉCNICA FINAL (NT)

A Nota Técnica Final (NT) será obtida a partir da soma das notas, conforme descrito abaixo:

$$\mathbf{NT = NCT1 + NCT2 + NMT}$$

Onde:

NCT1 = Nota de Capacidade Técnica da Empresa

NCT2 = Nota de Capacidade Técnica da Equipe

NMT = Nota de Metodologia de Trabalho

13 CLASSIFICAÇÃO DE PREÇOS E JULGAMENTO FINAL:

Decidida a classificação técnica com a publicação do seu resultado no DODF, será marcada a data, horário e local pela Comissão Permanente de Licitação, para abertura dos envelopes “Proposta Comercial” das licitantes cujas propostas técnicas tenham sido classificadas na fase anterior.

Serão desclassificadas as propostas que:

- ✓ Contenham vícios ou ilegalidades;
- ✓ Apresentar preço global superior ao constante da Planilha Orçamentária apresentada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, referência do presente certame, ou com preços manifestamente inexequíveis.
- ✓ Considera-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
- ✓ Caso haja indícios de inexequibilidade da proposta de preços ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, com fulcro no § 3º art. 43 da Lei nº 8.666/1993, a fim de comprovar a sua exequibilidade.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

- ✓ Qualquer interessado poderá requerer diligências a fim de aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- ✓ Caso julgue necessário a Comissão Permanente de Licitação poderá suspender a reunião para análise da documentação quanto à classificação das propostas de preço.
- ✓ Suspensa a sessão, todos os documentos das propostas de preço ficarão em poder da Comissão, após serem após serem rubricados por todos os seus membros e pelos representantes presentes das licitantes.
- ✓ Será atribuída uma Nota de Preço (NP) para cada licitante calculada da forma a seguir:

$$NP = (X1 / X2) \times 100$$

Onde:

NP = Nota de Preço

X1 = Média dos "K" dos licitantes

X2 = "K" do licitante

Observação: A relação $X1 / X2$ será limitada ao valor máximo de 1 (um).

- ✓ Somente as licitantes previamente habilitadas e que tiveram as suas propostas técnicas e de preços classificadas terão as suas propostas avaliadas conjuntamente e classificadas em ordem decrescente de Nota Final (NF), obedecendo-se os seguintes procedimentos:
 - O valor da Nota Final (NF) atribuída à licitante será obtida pela seguinte fórmula:

 $NF = 0,7 \times NT + 0,3 \times NP$
Onde:
NF = Nota Final
NT = Nota Técnica
NP = Nota de Preço
 - As propostas serão classificadas em ordem decrescente de Nota Final (NF)
- ✓ Será declarada vencedora do certame licitatório a licitante classificada com maior Nota Final (NF).
- ✓ Ocorrendo o empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito pela Nota Técnica (NT), sendo considerada vencedora a empresa licitante de maior Nota Técnica (NT).
- ✓ Caso persista o empate, a classificação final será por meio de sorteio em atos público.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

- ✓ Publicado o resultado do julgamento da licitação no Diário Oficial do Distrito Federal e já decididos os recursos eventualmente interpostos ou decorrido o prazo recursal sem sua interposição, o julgamento da licitação será submetido à autoridade contratante para homologação do procedimento, adjudicação de seu objeto à licitante vencedora e decisão quanto à contratação.

13. Cessão dos Direitos Patrimoniais e Autoria

A contratada, quando da assinatura do contrato, por meio de declaração, conforme modelo anexo ao presente Projeto Básico, cederá à Contratante os direitos autorais e patrimoniais dos projetos e demais trabalhos de engenharia, objeto do presente Projeto Básico, de modo que esta possa construir, reformar, ampliar, adequar, repetir, corrigir, bem como utilizar a seu critério em quaisquer lugares determinados pelo Governo do Distrito Federal, sem que lhe assita direito à indenização, nos termos do art. 111 da Lei nº 8.666/93 e dos artigos 49 e seguintes da Lei nº 9.610/98.

Com a cessão, passarão ao Governo do Distrito Federal – GDF, por definitiva transferência, todos os direitos e faculdades que no seu conjunto constituem o direito patrimonial e de autoria sobre o projeto realizado, em todos os seus aspectos, manifestações e aplicações que forem necessárias para o exercício dos direitos cedidos, a exclusivo arbítrio do GDF.

Dessa forma, os projetos executivos completos, assim como as sondagens, pareceres técnicos, levantamentos de quantitativos, dados, pesquisas, relatórios, quaisquer outros levantamentos, ou documentos elaborados pela CONTRATADA em decorrência da contratação do objeto do presente Projeto Básico, serão de propriedade exclusiva do GDF.

14. Fiscalização e Supervisão dos Serviços:

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal designará 02 (dois) executores, sendo um titular e um suplente, que desempenharão as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, vigentes.

15. Pagamento:

O pagamento deverá ser efetuado em moeda nacional (Real), após a realização dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal especificando os valores relativos ao ISS, IR, INSS, se for o caso, e liquidada a despesa até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo executor do contrato, obedecendo as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

16. Reajuste

A variação de preços para efeito de reajuste anual será medida pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC publicado pela Fundação Getúlio Vargas;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

A periodicidade anual de que trata o item anterior será contada a partir da data limite para apresentação da proposta de preços, com fulcro no § 1º, Art. 3º da Lei nº 10.192/2001.

17. Parcelamento do Objeto

Este Projeto Básico atende ao disposto na Decisão Normativa nº 02/2012 – TCDF que *adota entendimento para análise da regra do parcelamento do objeto nas licitações públicas pelos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal.*

Em conformidade com a alínea a.1 da referida Decisão o TCDF considera “... *que o parcelamento do objeto não se opera apenas pela via formal, sendo, também, atendido pelo parcelamento material, por intermédio da permissão para que empresas em consórcio venham a participa do certame...*”

Vale aqui transcrever os ensinamentos trazidos por aquela Corte de Contas quando da análise do Edital de Concorrência 11/2013 – ASCAL/PRES da NOVACAP, Processo nº 12.514/13 - TCDF, notadamente nos parágrafos 24 e 25 da Informação 222/2013:

“24. Por fim, no que se refere ao item II.b.10, a NOVACAP explicou (fls. 69/70) que o compartimento dos projetos em itens ou parcelas pode comprometer a qualidade e a unidade a respeito de cada um deles. Afirmou também, que o parcelamento formal pode tornar difícil a identificação de responsabilização, caso ocorra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução. Terminou suas alegações noticiando que com o parcelamento material, por meio da aceitabilidade de empresas em consórcio, a responsabilização é possível.

25. Entendemos que, nesse caso em especial, para a elaboração de projeto, existe a necessidade de uma coordenação entre as atividades, de modo a se evitar incompatibilidade entre os projetos, ou seja, que o projeto estrutural esteja em consonância com o projeto de arquitetura, por exemplo. Diante disso, com o parcelamento material, o consórcio seria responsável pela coordenação das ações, no sentido de garantir a compatibilidade dos projetos, mesmo cada empresa consorciada se responsabilizando por um tipo de projeto. Assim, consideramos a explicação apresentada procedente.”

18. Responsável pelo Caderno de Especificações: Arquiteta Aline da Silva Lima, CAU A39152-2, Mat. 209.791-5.

19. Responsável pelo Orçamento: Gerência de Orçamento de Obras da Coordenação de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Educação do DF; Arquiteta Tania Maria Guirelli da Costa, CAU A78617-9, Matrícula nº 71.722-3; Engenheiro Geraldo Oliveira da Silva, CREA 21996/D-DF, Matrícula nº 58.946-2.

20. Unidade Fiscalizadora: Diretoria de Engenharia/Diretoria de Arquitetura da Coordenação de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

21. Dotação Orçamentária:

O custo total estimado da contratação é de **R\$ 8.284.319,78** (oito milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e dezenove reais e setenta e oito centavos).e será custeado com recursos do Governo do Distrito Federal/SEDF.

22. Considerações Finais

Este Projeto Básico teve como referência o Edital da Concorrência nº 11/2013 – ASCAL/PRES da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, analisado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, Processo nº 12.514/2013.

23. Foro:

Fica eleito o foro do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**ANEXO I DO PROJETO BÁSICO
RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EQUIPE TÉCNICA (Modelo)**

À Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal,

Ref.: Concorrência nº -----/-----

Em conformidade com o estabelecido no Edital de Licitação em referência, apresento abaixo a equipe técnica que se compromete a realizar os serviços de sondagem, elaboração de projetos complementares e elaboração de orçamentos para construção, ampliação e/ou reforma de escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal:

COORDENADOR GERAL	
Responsável Técnico	
Endereço	
CREA ou CAU	

SERVIÇOS E ESTUDOS GEOTÉCNICOS	
Responsável Técnico	
Endereço	
CREA	

PROJETOS DE FUNDAÇÕES E DE ESTRUTURA	
Responsável Técnico	
Endereço	
CREA	

PROJETOS DE INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS E INCÊNDIO	
Responsável Técnico	
Endereço	
CREA	

PROJETOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICA E ELETRÔNICAS	
Responsável Técnico	
Endereço	
CREA	

PROJETOS DE INSTALAÇÕES MECÂNICAS E DE UTILIDADES	
Responsável Técnico	
Endereço	
CREA	



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Tendo examinado o Edital de Licitação em epígrafe, TODOS OS COMPONENTES LISTADOS ACIMA DECLARAM estar cientes e de acordo com a indicação pela empresa _____ como responsável técnico da equipe responsável pelos projetos/serviços objetos desta licitação.

(carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

ANEXO II DO PROJETO BÁSICO

**DECLARAÇÃO DE ACEITABILIDADE DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
(Modelo)**

Nos termos do Edital de Licitação, Concorrência nº ____/____ - SE, DECLARAMOS que, em caso da empresa ____(razão social da empresa licitante)____ se sagrar vencedora do certame licitatório, ASSUMIREMOS a responsabilidade técnica ou o compromisso de participação da equipe responsável pela realização dos serviços de sondagem, elaboração de projetos complementares e elaboração de orçamentos para construção, ampliação e/ou reforma de escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

COORDENADOR GERAL

Responsável Técnico:

CREA ou CAU:

Assinatura:

SERVIÇOS E ESTUDOS GEOTÉCNICOS

Responsável Técnico:

CREA:

Assinatura:

PROJETOS DE FUNDAÇÕES E DE ESTRUTURA

Responsável Técnico:

CREA:

Assinatura:

PROJETOS DE INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS E INCÊNDIO

Responsável Técnico:

CREA:

Assinatura:

PROJETOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS

Responsável Técnico:

CREA:

Assinatura:

PROJETOS DE INSTALAÇÕES MECÂNICAS E DE UTILIDADES

Responsável Técnico:

CREA:

Assinatura:



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**ANEXO III DO PROJETO BÁSICO
DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS/AUTORAIS (Modelo)**

À Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal,

Ref.: Concorrência nº -----/-----

Nos termos do Edital de Licitação em referência, DECLARAMOS que a empresa (razão social da empresa licitante) , inscrita no CNPJ/MF sob o nº (número do CNPJ) , sediada (endereço completo) , declara que repassa os direitos patrimoniais, inclusive autorais, de serviços relativos ao objeto desta licitação, para o fim da Administração Pública distrital utiliza-lo, podendo construir, reformar, ampliar, adequar, repetir, corrigir, bem como utilizar a seu critério em quaisquer lugares determinados pelo Governo do Distrito Federal – GDF, sem direito a qualquer indenização, conforme art. 111 da Lei 8.666/93 e arts 49 e seguintes da Lei nº 9.610/98.

Brasília, de de 2018

Empresa licitante
Responsável Legal: Nome, Cargo e Assinatura)
(As Assinaturas deverão ter firma reconhecida em cartório)

Observação: No caso de consórcio o documento deverá ser emitido pela empresa líder.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

ANEXO II DO EDITAL

(modelo)

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
E
INDICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**

AO
GDF-SEEDF
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Ref.: Concorrência n.º: _____

Em conformidade com o estabelecido neste Edital, indicamos abaixo os técnicos que se comprometem a realizar as obras/serviços objeto desta Licitação. Declaramos que tal indicação está em consonância com a Resolução nº1.025 (30/10/2009) do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, alterada pela Resolução 1.033(05/09/2011), e que os técnicos relacionados pertencem ao quadro de profissionais permanentes da empresa.

01 - TÍTULO DO PROFISSIONAL

NOME:

CREA:

ASSINATURA:

DATA DE REGISTRO:

02 - TÍTULO DO PROFISSIONAL

NOME:

CREA:

ASSINATURA:

DATA DE REGISTRO:

(carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

ANEXO VI DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DA OBRA

AO
GDF-SEE-DF
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Ref.: Concorrência n.º: _____

Em conformidade com o estabelecido neste edital declaramos que possuímos pleno conhecimento das condições do local da obra, assumindo todas as responsabilidades, devidamente assinado pelo Responsável Técnico e representante da empresa.

Brasília, DF, de de 2018.

(Carimbo e assinatura)



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

ANEXO VII DO EDITAL

(modelo)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ref.: Concorrência n.º: _____

_____ (nome da empresa), CNPJ-MF
n.º _____, sediada _____ (endereço
completo) declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos
impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como que
está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília, DF, de _____ de 2018.

(Carimbo e assinatura)



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

ANEXO VIII DO EDITAL

**ANEXO
(modelo)**

DECLARAÇÃO DE MENORES

Ref.: Concorrência n.º: _____

_____ (nome da empresa), CNPJ-MF n.º _____, sediada _____ (endereço completo) declara, sob as penas da lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o disposto no artigo 1º, da Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Brasília, DF, de _____ de 2018.

(Carimbo e assinatura)



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

6.2 - O empenho inicial é de _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em _____, sob o evento nº _____, na modalidade _____.

CLÁUSULA SÉTIMA - Do Pagamento

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até ____ (____) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Na ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar provas de regularidade relativas à SEGURIDADE SOCIAL (CND), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL será feita mediante apresentação, em plena validade, de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Tributos Federais, emitidas pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (Certidão de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal) e pela PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União) DO MINISTÉRIO DA FAZENDA e Prova de Regularidade Trabalhista, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, obtidas por intermédio do **sítio www.tst.jus.br/certidao**, que comprove a inexistência de débito inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante (Lei nº 12.440, de 07 de junho de 2011), em plena validade, podendo ser aceita além da CND, em caso de impossibilidade de sua emissão, também Certidão Positiva com efeito de Negativa. Deverá apresentar também a comprovação de recolhimento dos encargos sociais, mês a mês, relativamente à folha de empregados

CLÁUSULA OITAVA - Do Prazo de Vigência

8.1 - O prazo de vigência do contrato será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias

8.2 - O prazo de execução dos serviços será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos: até 1.000 m²; 60 (sessenta) dias corridos: até 2.000 m², 90 (noventa) dias corridos: até 4.000 m², Acima de 4.000 m², um prazo proporcional em aberto, a ser definido pela COINF.

8.3 - O prazo para início das obras e serviços será de até ____ dias corridos, contados da data de recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

8.4 - As obras serão recebidas provisoriamente mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de ____ dias úteis da comunicação escrita da Contratada. Quando do recebimento provisório, obrigatoriamente deverá estar concluída a execução do objeto contratual.

8.5 - As obras/serviços serão recebidos definitivamente pela _____ mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de ____ do recebimento provisório, suficientes para vistoria que comprove a adequação das obras aos termos do contrato.

8.6 – A Contratada ficará obrigada a conservação e remessa à contratante das tabelas de composição de custos unitários dos itens constantes das planilhas orçamentárias e de memória de cálculos quantitativos.

8.7 – Do Reajuste - Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irreajustáveis, de acordo com o art. 28 da Lei 9.069/95. Ultrapassado esse período, os mesmos poderão ser reajustados anualmente, nos termos da Lei nº 10.192/01, adotando-se o INCC – Índice Nacional da Construção Civil da FGV – (Coluna 35 -



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Edificações). O marco inicial para contagem da periodicidade de um ano, para efeito de reajuste será a data da apresentação da proposta.

8.7.1 – Quando o período de 1 (um) ano for ultrapassado por desídia da contratada, esta não terá direito a reajustamento tampouco ao realinhamento de preços, e ainda, quando a justificativa apresentada não for aceita pela Administração, tal fato ensejará a rescisão unilateral do contrato por inadimplemento contratual.

CLÁUSULA NONA - Das garantias

9.1 - A garantia para a execução da obra será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme previsão constante do Edital, devendo ser prestada, à escolha do contratado, mediante caução em dinheiro ou títulos de dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, cujo valor será atualizado nas condições contratualmente previstas, na forma do art. 56 da Lei 8.666/93.

9.2 - A Contratada garante, por cinco anos, a solidez e segurança do trabalho, compreendido, também, o material empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 - A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I - até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II - comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 - Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 - A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 - A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 - A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

11.6 - No caso de inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis (art. 71, caput, e art.71, § 1º);

11.7 - Os empregados da contratada não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

11.8 - A Contratada não poderá subempreitar o total das obras/serviços a ela adjudicados, salvo quanto aos itens que, por sua especialização, requeiram o emprego de firmas ou profissionais especialmente habilitados e, nesse caso, mediante prévia autorização da COINF, ficando vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços, caso ocorra ensejará na rescisão contratual.

11.9. Os demais deveres e obrigações da Contratada estão elencados no Caderno de Especificações que determina os materiais e técnicas a serem empregadas na



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

execução das obras e estabelece as diretrizes gerais para a execução das obras e serviços de implantação e urbanização, referentes à construção de Centro de Educação da Primeira Infância – CEPI, Creche Tipo B, com 08 (oito) salas de aula, a ser localizado na QS 617, Área Especial 02 - RA XII – Samambaia/DF

11.10- Fica expressamente proibido o uso de mão de obra infantil, conforme preceitua a Lei Distrital nº 5.061/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Alteração Contratual

12.1 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificada, vedada a modificação do objeto.

12.2 - A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, na forma do Decreto 26.851/2006 e demais alterações, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Da Rescisão Amigável

O Contrato poderá ser rescindido, de comum acordo, devendo a rescisão ser reduzida a termo desde que haja conveniência para a Administração, bem como ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, nos termos do art. 79, II c/c § 1º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às conseqüências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do Executor

O Distrito Federal, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, na Imprensa Oficial, bem



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

como registro do Instrumento no Órgão Público interessado na contratação, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS disposições finais

19.1 - Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital n.º 34.031/2012).

19.2 – Fica vedado a utilização de conteúdo contendo atos discriminatórios contra a mulher, ou que incentive a violência e exponha a mulher a constrangimento homofóbico, o que a exponha a qualquer tipo de discriminação, conforme preceitua a lei distrital 5.448/2015.

19.3 – Está vedado o NEPOTISMO na esfera do Poder Executivo do Distrito Federal conforme Decreto Distrital nº 32.751/2011:

19.3.1 Conforme estabelece o Decreto Distrital nº 32.751/2011, que trata da vedação do NEPOTISMO na esfera do Poder Executivo do Distrito Federal não poderão participar participação de pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de: (Artigo alterado pelo(a) Decreto 37843 de 13/12/2016)

I – agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou (Inciso alterado pelo(a) Decreto 37843 de 13/12/2016);

II - agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação. (Inciso alterado pelo(a) Decreto 37843 de 13/12/2016).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília, _____ de _____ de 20__

Pelo Distrito Federal:

Pela Contratada:



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ANEXO X DO EDITAL

(modelo)

PARTE I					
DENOMINAÇÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL					
NATUREZA JURÍDICA: Entidade Integrante da Administração Direta do DF, Sec. Educação, Lei 4.545 de 10.12.64					
SEDE E FORO	ENDEREÇO	TELEFONE	FAX	CEP	CGC
Brasília-DF	SGAN 607, Projeção D (Unidade 2)	3901-2300	3901- 2299	70.850-080	00.394.676/0001- 07
REPRESENTANTE LEGAL		Ato ou Doc. que confere a Representatividade			
FUNÇÃO/CARGO		NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	
CPF			CARTEIRA DE IDENTIDADE		

PARTE II			
DENOMINAÇÃO:			
NATUREZA JURÍDICA:			
SEDE E FORO	CGC	ENDEREÇO	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL		CARGO	NACIONALIDADE
ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CART. DE IDENT.	CPF
Documento que confere a Representatividade		RESIDÊNCIA	
TELEFONE	FAX	CEP	



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

ANEXO XI DO EDITAL

MODELO PROPOSTA ECONOMICA

Concorrência nº : _____ (Nome da Região Administrativa)

1. Razão Social da Empresa :
2. CNPJ N °:
3. Inscrição Estadual:
4. Inscrição Municipal:
5. Endereço:
6. Telefone: Fax:
7. Prazo de Pagamento: Conforme Edital
8. Banco: Agência: Conta Correte
9. Represente da Empresa:
10. Cargo: RG: CPF:

Apresentamos nossa proposta para realização dos serviços, acatando todas as estipulações consignadas no ato convocatório, conforme abaixo:

Valor global : R\$ (valor por extenso)

No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, manutenção de veículos e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto deste Contrato e seus Anexos.

Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações desta licitação e que atendemos todas as condições do Edital.

....., de de 2018

CARIMBO/CNPJ E ASSINATURA



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

ANEXO XII DO EDITAL

(DAS PENALIDADES)

DECRETO Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006.

Publicação DODF 103, de 31/05/06 – Págs. 5 a 7.

Alterações:

Decreto nº 26.993, de 12/07/2006 – DODF de 13/07/06.

Decreto nº 27.069, de 14/08/2006 – DODF de 15/08/06.

Decreto nº 35.831, de 19/09/2014 – DODF de 22/09/14.

Decreto nº 36.974, de 11/12/2015 – DODF de 14/12/15.

Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital nº 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no presente decreto.

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 1º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 – DODF DE 13/07/06.

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no presente Decreto.”;

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 1º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

SEÇÃO II

DAS ESPÉCIES DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 2º As licitantes que não cumprirem integralmente as obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 2º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 2º As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

a) para o licitante e/ou contratado através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e o licitante e/ou contratado será descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

NOVA REDAÇÃO DADA À ALINEA "A" DO INCISO III DO ART. 2º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para os licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei n. 8.666, de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

NOVA REDAÇÃO DADA À ALINEA "B" DO INCISO III ART. 2º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

NOVA REDAÇÃO DADA INCISO IV DO ART. 2º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

NOVA REDAÇÃO DADA AO PARÁGRAFO ÚNICO ART. 2º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis."

**SUBSEÇÃO I
DA ADVERTÊNCIA**

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratado descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 3º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO III DO ART. 3º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

SUBSEÇÃO II
DA MULTA

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 - DODF DE 15/08/06.

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso.:

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO I DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 35.831, DE 19/09/14 - DODF DE 22/09/14.

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 35.831, DE 19/09/14 - DODF DE 22/09/14.

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO V DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO V DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 35.831, DE 19/09/14 - DODF DE 22/09/14.

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 1º DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas ao contratado;

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO § 1º DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Sempre que a multa ultrapassar os créditos do contratado e/ou garantias, o seu valor será atualizado, a partir da data da aplicação da penalidade, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

ACRESCENTADO O ART. 4-A PELO DECRETO Nº 36.974, DE 11/12/15 – DODF DE 14/12/15.

Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração;



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual;

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II.

**SUBSEÇÃO III
DA SUSPENSÃO**

Art. 5º A suspensão é a sanção que suspende temporariamente a participação de contratado em licitações e o impede de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral do adjudicado e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, com a suspensão inscrita no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral do licitante e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 - DODF DE 15/08/06.

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a empresa permanecer inadimplente;

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO I DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 - DODF DE 15/08/06.

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, ou pregão para inclusão no Sistema de Registro de Preços, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento; a reabilitação de dará com o pagamento.

NOVA REDAÇÃO DADA À ALÍNEA "C" DO INCISO IV DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento.

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

I - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;
II - o ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO § 1º DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e produzirá os seguintes efeitos:

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

I - se aplicada pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços, implicará na suspensão, por igual período, perante todos os órgãos/entidades subordinados à Lei Distrital no 2.340, de 12 de abril de 1999, e alterações posteriores;

II - se aplicada pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, implicará na suspensão perante o órgão sancionador.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

SUBSEÇÃO IV

DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado de Fazenda, à vista dos motivos informados pela Subsecretaria de Compras e Licitações.

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 6º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo de até dois anos de sancionamento.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 1º DO ART. 6º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 1º DO ART. 6º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 6º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.”

**CAPÍTULO II
DAS DEMAIS PENALIDADES**

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto

III - aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.

FICA ACRESCENTADO O PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 6º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.”

FICA REVOGADO O INCISO III DO ART. 7º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 8º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

**CAPÍTULO III
DO DIREITO DE DEFESA**

Art. 9º É facultado ao interessado interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário; só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

FICA ACRESCENTADO O § 3º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

FICA REVOGADO O § 3º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

§ 3º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada;

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

FICA ACRESCENTADO O §4º MEDIANTE RENUMERAÇÃO DO §3º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 4º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada;

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

§ 4º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

FICA ACRESCENTADO O §5º MEDIANTE RENUMERAÇÃO DO §4º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 5º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

§ 5º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

FICA ACRESCENTADO O §6º MEDIANTE RENUMERAÇÃO DO §5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

NOVA REDAÇÃO DADA § 6º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste Decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.”

**CAPÍTULO IV
DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS**

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

**CAPÍTULO V
DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS**

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CAPÍTULO VI



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, incluir os percentuais relativos a multas, e as propostas comerciais deverão mencionar expressamente a concordância do proponente aos seus termos.

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 12º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica.”

FICA ACRESCENTADO O ART. 13 PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 13. As sanções previstas nos arts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços.

FICA ACRESCENTADO O ART. 14º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.”

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

FICA RENUMERADO O ART. 13 PARA ART. 14 PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

FICA RENUMERADO O ART. 14 PARA ART. 15 PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

FICA RENUMERADO O ART. 14 PARA ART. 15 PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

FICA RENUMERADO O ART. 15 PARA ART. 16 PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de maio de 2006.
118º da República e 47º de Brasília
MARIA DE LOURDES ABADIA